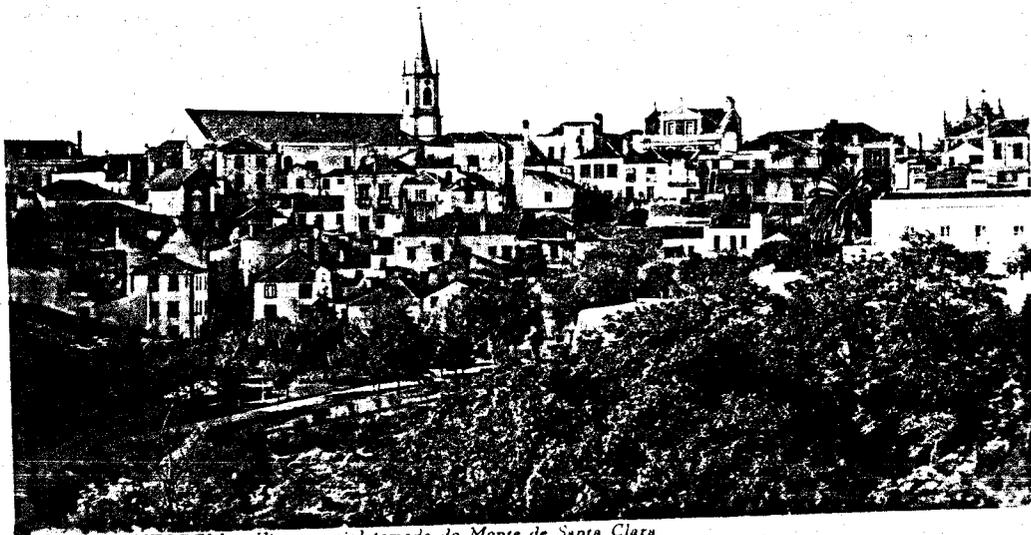


MOURARIA - BAIRRO DE SANTARÉM

HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E SALVAGUARDA
(VISITA GUIADA)



19 SANTARÉM — Vista parcial tomada do Monte de Santa Clara

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE SANTARÉM
COM O APOIO DO G.T.L. - CAMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SANTARÉM, 3 DE AGOSTO, 1991

MOURARIA - BAIRRO DE SANTARÉM
HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E SALVAGUARDA

TEXTOS DE APOIO

1. MOUROS E MOURARIAS EM PORTUGAL.
 - 1.1 - MOUROS (VIEGAS GUERREIRO).
 - 1.2 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MOURARIAS E JUDIARIAS NAS CORTES DE ELVAS DE 1361.
2. A MOURARIA DE SANTARÉM.
 - 2.1 - LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DA MOURARIA NA PLANTA DO SÉC. XVIII.
 - a) OS BAIRROS DE SANTARÉM NO ANTIGO REGIME (JORGE CUSTÓDIO).
 - 2.2 - VESTÍGIOS ÁRABES E MUÇULMANOS DE SANTARÉM.
 - a) VESTÍGIOS DE CONSTRUÇÃO ÁRABE EM SANTARÉM (ZEFERINO BRANDÃO).
 - b) DA CIVILIZAÇÃO ÁRABE E DA MOURARIA DE SANTARÉM (CÓNEGO DUARTE DIAS).
 - 2.3 - MOURARIA MEDIEVAL (ANGELA BEIRANTE).
 - 2.4 - DA PRAÇA VELHA E DA MOURARIA NO SÉC. XVI (ANGELA BEIRANTE).
3. A PORTA, CALÇADA E FONTE DA ATAMARMA
 - 3.1 - PORTA DE ATAMARMA: EPÍGRAFE (ANTÓNIO JOAQUIM MOREIRA).
 - 3.2 - A PORTA DE ATAMARMA SEGUNDO OS ROMANTICOS.
 - a) A. GARRETT.
 - b) A. HERCULANO.
 - c) A DEMOLIÇÃO DA PORTA DE ATAMARMA (ZEFERINO BRANDÃO)
 - 3.3 - FONTE DE ATAMARMA.
 - a) CÓNEGO DUARTE DIAS.
 - b) DAVID LOPES
 - 3.4 - ATAMARMA E MOURARIA. (AREOSA FEIO).
 - 3.5 - A PORTA DA ATAMARMA NA CONQUISTA DE SANTARÉM. (ANGELA BEIRANTE).
4. O PATRIMÓNIO MONUMENTAL, ARTÍSTICO E URBANÍSTICO DA MOURARIA.
 - 4.1 - TRECHOS ARQUITECTÓNICOS E DECORATIVOS INVENTARIADOS POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.
 - 4.2 - O BAIRRO DA MOURARIA NA MEDIÇÃO DAS RUAS E TRAVESSAS DA VILA DE SANTARÉM

1. MOUROS E MOURARIAS EM PORTUGAL

1.1*

MOUROS. Com esta palavra se designaram, em Portugal, durante a Idade Média, os muçulmanos da Península: árabes dominadores, outras gentes orientais, como sírios, os berberes e os peninsulares convertidos ao islamismo. A tradição trouxe o nome até os nossos dias. De sua existência em território cristão que depois veio a ser de Portugal, no largo período da Reconquista, poucas notícias temos. A princípio eram todos exterminados; só dos meados do século IX em diante a espada cristã os começou a poupar. Teriam sido, a partir de então, numerosos. Viveram quase todos como escravos; só um ou outro, de posição social mais elevada, ficaria livre para troca com cristãos ou remissão a dinheiro. Alguns teriam alcançado a emancipação, graças a excepcional generosidade de seus senhores.



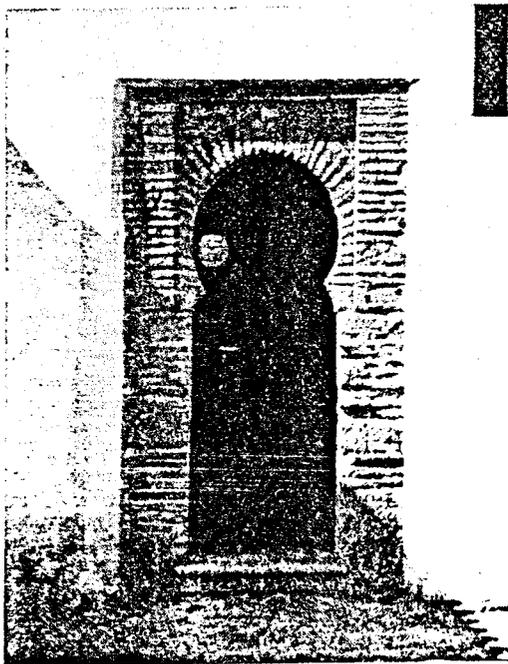
Capitel árabe do Algarve (Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos)

D. Afonso Henriques (1128-85), seguindo a política de tolerância dos monarcas cristãos da Península, deu, em 1170, carta de foral às populações mouriscas de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, que se lhe submeteram. Poderiam viver entre nós em relativa liberdade, segundo seus costumes, leis e religião, devendo pagar à coroa determinados estipêndios. Ficavam a chamar-se *mouros forros* ou *livres*, para se distinguirem dos aprisionados em combate e reduzidos à escravidão. O mesmo tratamento benevolente se adoptou nos reinados seguintes, a que veio a juntar-se nova legislação. Os mouros ficavam na exclusiva dependência dos reis, que tinham neles riqueza e serviços de valia. Eram os *seus mouros*, *mauri mei*, como se lê em documentos. E tão seus que, por morte deles, lhes herdavam os bens, se acaso não havia herdeiros, tal como sucedia com os reis mouros e seus súbditos. Sendo muitos, associavam-se, em *comunas* ou *comuns*. Havia-as em vários lugares do Reino. Sob D. Pedro I existiam, por exemplo, em Tavira, Faro, Loulé, Silves, Beja, Moura, Évora, Estremoz, Elvas, Avis, Setúbal, Lisboa, Alenquer e Santarém. Governava-os um *alcaide* de sua escolha, que desempenhava simultaneamente as funções de juiz. Os pleitos entre muçulmanos eram julgados em tribunal muçulmano, os entre muçulmanos e cristãos foram, de início, decididos por justiça muçulmana, em matéria cível, se o réu era muçulmano; se não, respondia-se em tri-

bunal cristão. Se a matéria era criminal, respondia-se sempre perante magistrados cristãos. Sob D. Afonso V as causas entre a gente dos dois credos já eram todas julgadas por juizes cristãos. Os mouros dispunham de liberdade religiosa e de mesquitas, onde praticavam o culto. Houve-as, que saibamos, em Lisboa, Faro e Loulé. Não descuraram, porém, a Igreja e o poder central de os trazer à Fé de Cristo. A primeira, através da doutrinação dos seus sacerdotes, o segundo, agravando, por um lado, o peso das contribuições a solver pelos infiéis e concedendo, por outro, privilégios aos convertidos, mas sem grande zelo, talvez, dado que com o ganho de um cristão se perderia um benefício para a coroa. Para evitar a comunicabilidade entre maometanos e cristãos determinou-se que aqueles residissem em bairros apartados, nos arrabaldes das povoações, a que se deu o nome de *mourarias* ou *aljamas*. Houve-as, pelo menos, de D. Pedro I em diante. A de Lisboa ficava entre as portas de Santo André e S. Vicente, sobre a encosta do monte do Castelo; ainda ao bairro que aí está hoje se lhe chama *da Mouraria*. Tinha *loja* para arrecadação de impostos, *cadeia*, *banhos*, *escola*, *açougue*, *curral*, duas *mesquitas*, a grande e a pequena, e um *cemitério* ou *almocávar*. A mesquita grande erguia-se, segundo se presume, no lugar onde é hoje o Largo da Anunciada. Na mouraria de Évora havia *mesquita*, *açougues* e *albergarias*. As mourarias fechavam ao toque do sino da Trindade e sectários do Alcorão que fossem apanhados fora delas sofriam rigoroso castigo: D. Pedro mandava-os açoutar e sob D. João I pagavam a multa de 10 libras da moeda antiga. Com D. Pedro, mulher cristã que entrasse só na mouraria seria enforcada e mortos seriam também os mouros que ilegalmente recebessem cristãos em sua casa. Para acautelar escandalosa convivência e possível «ajuntamento carnal», tomaram os monarcas severas medidas em reforço de outras adoptadas pela Igreja. D. Duarte e D. Afonso V proibiram aos cristãos que prestassem serviço em casa de mouros e o arcebispo de Lisboa, D. João Esteves de Azambuja (1402-14), juntava a esta proibição a de irem a suas festas, mandando punir com excomunhão os que vivessem em mourarias. Para se não confundirem com os cristãos eram os maometanos obrigados a usar um traje típico e sinais distintivos. Tinham de andar com suas *aljubas* de largas mangas e *albernoz*, *capuzes* e *balandras*, sob pena de perda da roupa e de cadeia. D. Afonso IV obrigava-os a um *signal branco* no barrete e a raparem o cabelo à navalha e com D. João II os que usassem capuzes abertos

* Manuel Viegas Guerreiro, "Mouros", Dicionário de História de Portugal, vol.

tinham de pregar uma *lua vermelha* no ombro. A promulgação das mesmas leis em reinados sucessivos deixa ver que estas mal se cumpriam e nem a ameaça da excomunhão e de rigorosas penas corporais ou pecuniárias teve força bastante para impedir o pecaminoso contacto de mouros e cristãos. Os próprios monarcas se não eximiam ao ilícito trato: D. Afonso Henriques teve um filho de uma moura, Martin Afonso, e D. Afonso III, uma filha, D. Urraca. A principal ocupação dos mouros era a agricultura. Cultivavam terras suas e traziam outras de aforamento, sesmaria ou renda. Praticavam também vários mesteres, entre os quais avultavam os de *sapateiro*, *ferreiro* e *oleiro*. Foram igualmente esparteiros, albardeiros, pedreiros e carpinteiros. Pagavam à coroa pesados tributos. Aqui se indicam os mais importantes: a) *imposto de capitação*, pago desde o nascimento — era a *alfitra*; varão em idade de ganhar a vida pagava novo imposto; b) de terra que aproveitassem pagavam a *dizima* (de dez um) dos produtos colhidos, chamada *azaqui*; c) pagavam o *azaqui* apeli-



Igreja matriz de Mértola: uma das portas da fachada posterior

dado *quarentena* (de quarenta um) dos gados que possuíam; d) pagavam *azaqui* do mel e da cera; e) *quarentena* de todos os haveres em seu poder, próprios ou alheios; f) imposto de compra e venda de bens de raiz; g) *dizima* de trabalho; h) *dizima*

de resgate de trabalho e de alforria; i) portagens. E a isto se somavam ainda diversas obrigações, como derramas extraordinárias, hospedagem a grandes senhores e trabalhos públicos. Sendo pouca a riqueza e tão variada a tributação, vida difícil tinham de levar os nossos mouros medievais. Em todo o caso, os documentos assinalam sempre que paguem eles a cristãos o que costumavam pagar a seus reis mouros. Se assim era, não admira que muitos se tenham deixado ficar por cá. A paz em que tinham vivido acabou, todavia, com D. Manuel. O pretexto religioso invocado pelo soberano para expulsar os judeus acorrentou-os à sorte destes, a uns e outros abrangendo o mesmo decreto de expulsão, publicado nos primeiros dias de Dezembro de 1496: ou aceitavam o baptismo ou saíam do País. Os que se deixaram baptizar tomaram o nome de *mouriscos*, designação que também se aplicou aos escravos mouros convertidos. Poucos foram os que caíram nas malhas do Tribunal do Santo Ofício sob acusação de práticas ocultas de islamismo. É óbvio que com os *mouros forros* coexistiam os *mouros escravos*, sempre renovados com nascimentos, guerras de África e pirataria dos mares. É escusado dizer que os escravos eram possuídos como coisas ou bestas de carga e, como estas, se vendiam, doavam e herdavam. Escravo fugido ao dono que se acolhesse à igreja não beneficiava do direito de asilo concedido aos criminosos vulgares de qualquer credo. Eram horríveis os castigos que se lhes aplicavam: ao que falsificasse moeda cortavam-lhe as mãos e o que «rompesse igreja», ainda que por conselho de cristãos, era queimado à porta do templo. E nos *Costumes e Foros da Guarda* (séculos XIII ou XIV) preceitua-se que se corte o pé ao mouro que fuja. O senhor só não tinha sobre eles o direito de os mandar castrar ou o de vida e de morte. Muitos teriam sido os escravos que obtiveram emancipação: uns por fuga para concelhos que lhes concediam alforria ou para o Norte de África, outros por resgate, troca com cristãos cativos ou por generosidade de seus senhores, tomados de piedade cristã e sob a acção



Cavaleiro cristão. Em volta, cabeças de mouros (século XIV)

influyente da Igreja. As alusões que se fazem a mouros e mouriscos em documentos posteriores à expulsão são raras e não vão além do século xvii. Fundidos no seio da população portuguesa uns, outros regressados às terras da mourama, deles nada mais nos ficou do que uma lembrança meio histórica meio lendária, mantida pela tradição. [M. V. G.]

BIBL.: J. Leite de Vasconcelos: *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, 1958, vol. iv; *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, 1928. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. João Pedro Ribeiro, *Extracto de Huma Memoria sobre a Tolerância dos Judeus e Mouros em Portugal*, Lisboa, 1821. A. Herculano, *História de Portugal*. Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*. Manuel Heleno, *Os Escravos em Portugal*, Lisboa, 1933. Ramón Menéndez Pidal, *La España del Cid*, Buenos Aires, 1943. *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines, Diplomata et Chartae, Scriptores. Ordenações Afonsinas*. *Archivo Histórico Portugués*, vols. I, v, vi e x. *Revista Lusitana*, vol. xxxv. *Revista Archeologica*, Lisboa, 1887, vol. I.

1.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MOURARIAS E JUDIARIAS NAS CORTES DE ELVAS DE 1361.*

CAPÍTULOS GERAIS DO POVO

[Art. 40.º] *Item Ao que diziam no xl.º Artigo que em Alghũs logares do nosso Senhorio moram os Judeus e mouros mesturados antre os christaãos e fazem alghũas cousas desordinhadas de que os christãaos Reçebem scandalo e noio E que fosse nossa merçee que mandassemos que morassem em logar apartado e nom antre os christaãos //* (2)

[fl. 6v.º] *A este Artigo Respondemos que se faça cõmo per elles he pedido E esto se entenda nas villas grandes e nos outros logares hu ouuer ata dez Judeus ou Mouros e Mandamos aãs Justiças que lhis dem logares aguisados pera sa morada E esto medes se entenda nos Mouros*

(2) [À margem]: “que os Judeus e os mouros viam apartados dos christãaos.”

2.1

a) OS BAIRROS DE SANTARÉM NO ANTIGO REGIME *

5. Em primeiro lugar, parece-nos que Santarém representou no séc. XIX um papel fundamental na queda do antigo regime e enquanto elo entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista (7).

Santarém «a sempre leal vila», longos anos preferida dos reis e da sua corte que enchia a vila de grandeza e de prosperidade, abandonada no séc. XVI apenas de forma aparente (8); Santarém das treze freguesias urbanas, dos doze bairros sociais (9), dos três núcleos topográficos distintos; preferida dos viajantes nacionais e estrangeiros; cabeça de comarca com assento nos primeiros bancos em Cortes; Santarém município, com uma organização administrativa das mais complexas donde resultava a sua autonomia relativa; Santarém cercada de conventos, que sofre profundas transformações no séc. XIX, é o centro de decisão — estratégico-militar, político e social — da queda do antigo regime em Portugal. Fenómeno que em vez de lhe conferir «prosperidade e progresso», leva-a a um período de marasmo, de decadência e de subalternidade que não lhe permite saída nem resposta, senão tardiamente, ao «desafio» que o séc. XIX propusera a Portugal.

(7) Neste ponto apresenta-se a hipótese de trabalho que julgo viável defender e esclarecer em futuros estudos.

(8) Não me parece ser correcta a ideia de abandono real a partir de Manuel I, não só em função de itinerários reais posteriores, pelo facto de Almeirim estar na área do termo de Santarém, e como também ainda porque diversos reis aí estiveram por variados motivos (Afonso VI, Maria I e Pedro III, João VI e Miguel I, que lá estabeleceu a sede política no Palácio do Provedor das Lezírias). Julgo poder situar entre 1580 (cf. Erich Lessota de Steblovo, *Viajem por España y Portugal*) e 1607 Baltazar de Faria Severim, *Advertimentos [...] para o desempenho do património real [...] ms.*, Evora, 1607), o início do processo de crise da antiga vila agrícola-fluvial, ligada por fortes laços económicos, sociais e estratégicos ao poder régio e à expansão portuguesa dos sécs. XV e XVI. Este facto é curiosamente atestado por Cosme de Médicis, quando visitou Santarém em 1669.

(9) Cf. documento manuscrito dos finais do séc. XVII, princípios do séc. XVIII, *Scalabis ou Santarem*, B. N. L. Cod. 208. Transcreve-se a parte que interessa, com grafia actualizada:

«Bairros são 12.

O Primeiro he Alcaceva ao Nascente que fica dentro da Cidadela. Segundo o da Atamarma. 3.º da Moiraria. 4.º do Requeixo que ficam ao Norte, 5.º o de São Nicolau, 6.º o do Milagre que ficam ao Poente, 7.º o do Pereiro, e ao Sul, ainda que ele corra pelo meio dia de Poente a Nascente, 8.º o de Marvila que fica no Centro. 9.º o da Ribeira no vale já dito da banda do Norte, 10.º o de Alfange também já dito da banda do Sul. 11.º e 12.º ficam fora dos muros com o Rocio entre eles, e a Vila, o 1.º se chama fora de vila e o segundo Calçada do monte que fica ao (...).»

* In Jorge Custódio, *As Linhas de Força da História Social de Santarém no séc. XIX*, Junta Distrital, 1977, pp. 23-24

2.2 VESTÍGIOS ÁRABES E MUÇULMANOS EM SANTARÉM

a) VESTÍGIOS DE CONSTRUÇÃO ÁRABE EM SANTARÉM *

Dois distinctos amadores de bellas-artes, os srs. visconde de Athougia e tenente de artilheria Antonio Bernardo de Figueiredo, convidaram-nos, ha pouco tempo, a examinar dois capiteis que lhes pareciam arabes, e fazem parte de duas columnas, onde se apoia o forro de uma casa que serve de celleiro, e pertence ao palacio, que foi dos condes de Óbidos, em Santarem. Corremos a ver a preciosa raridade que para ali estava esquecida, sem que dessem por ella, a não ser, o olhar educado dos meus illustres companheiros.

Tinhamos já encontrado n'esta muito notavel cidade, vestigios de construcção romana. Disseram-nos, que em tempos não mui remotos existiam ainda aqui restos de uma fonte arabe, mas que fôra entulhada, não sabemos porque conveniencia do municipio. E nunca mais logrâmos saber, que da dominação dos infiéis na velha Chantireyn, houvesse algum signal. Sentimos pois, verdadeiro prazer, ao convencer-nos de que os dois capiteis, que viamos, eram effectivamente arabes, e tinham escapado da furia vandalica e possessa, com que se atiraram, desde o meiado d'este seculo, aos monumentos d'esta terra, para deitar tudo a baixo, e fazer dos seus bellos templos gothicos, e dos magnificos claustros dos seus conventos, cavallariças e praças de touros!

A nossa gravura representa um d'esses capiteis, em tudo igual ao outro, e a ornamentação das quatro faces em letras kuficas, isto é: da natureza d'aquellas de que Mahomet usou para escrever o Koran.¹ Deveria aquelle nome do de uma cidade da Turquia asiatica, Irak-Arabi, perto da margem direita do Euphrates. São por consequencia dos primeiros seculos, e têm alguma cousa de monumental.

Na architectura, este character do estyllo arabe, que consiste em substituir na decoraçãõ as imagens da vida pela expressãõ escripta do pensamento, é conhecido: nunca apparecia n'este estyllo o mais leve indicio que recordasse a vida animal.²

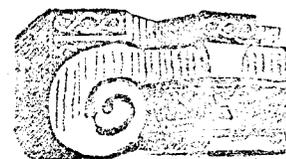
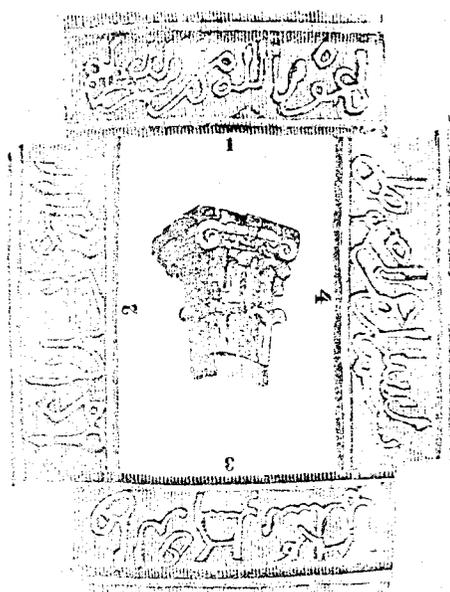
Segundo a traducção de um distinto professor da Universidade de Madrid, e do afamado orientalista hespanhol, o sr. Gayangos, aos quaes o sr. Benigno Joaquim Martinez, illustre escriptor madrileno muito estimado por grande numero de portuguezes, apresentou o desenho d'aquelles caracteres, querem elles dizer:

* Zeferino Brandão, in Occidente, 5º Ano, vol. V, nº 132, Lisboa, 21/VIII/1882

1. En el nombre de Allah el clemente, el misericordioso, bendiga.
2. Allah nuestro señor Mahoma.
3. Y á su familia y conceda (á ellos) paz perfecta:
4. Me acojo á Allah (huyendo) de Satan el apedreado.

Os capiteis vão ser apeados, e offerecidos ao Museu Districtal, estabelecido no celebre edificio do Alporão.

São realmente dignos de guardar-se.



VESTIGIOS DE CONSTRUÇÃO ARABE, EM SANTAREM

1. Há muitas opiniões que negam que Mohamet soubesse ler e escrever, fundando-se em algumas passagens do Surat VII do Koran.
2. Esta opinião que apparece affirmada em todas as histórias da arte, está hoje completamente regeitada. Fundava-se n'uma expressão do Surat V do Koran, unica de todo o livro, mas que se refere apenas ás pedras que os orientaes elevam e sobre as quaes derramavam oleo. Hoje é provado que já desde os primeiros tempos do islamismo os tapetes, as pinturas, as decorações architectonicas representavam muitas vezes, não só plantas, aves e outros animaes, mas até figuras humanas. Vêem se nas medalhas de Moawia e Aba ul-Melic. Esse uso introduziu-se na Hespanha. Em quasi todas as mesquitas desde a de Medina e Cairwan até á de Cordova havia esculpturas, sendo notaveis n'essa ultima, alem das grandes romans de ouro e prata, duas columnas vermelhas ou roxas onde estavam representados passos da Biblia e das tradições mahometanas, como as sete dormentes, o corpo de Noé etc. Ora esta ultima obra foi começada por Abderrhaman-ben-Moawia no anno 170 (786) e terminada por seu filho Ueschem I no anno 180 (796) e as outras são muito anteriores. A opinião porém assim como outras, é seguida por alguns fanaticos mussulmanos.

b) DA CIVILIZAÇÃO ÁRABE E DA MOURARIA DE SANTARÉM (CÓNEGO DUARTE DIAS)*

Dos moiros restam, sem receio de contestação, dois capiteis, que sobre suas columnas ha poucos annos se descobriram sustentando o tecto d'um celleiro pertencente ao antigo palacio dos Condes d'Óbidos, hoje da Ex.^{ma} Sn^{ra}. D. Maria Adelaide da Silva Melicio, viuva do nosso chorado amigo Antonio Fernandes Melicio, que d'elles fizera dadia ao Museu Districtal.

As quatro faces de cada um destes capiteis, puro estylo arabe, são ornadas com uma inscripção em letras kuficas, que segundo a traducção do Snr. Gayancos insigne orientalista hespanhol, e d'um distincto professor da Universidade de Madrid, quer dizer:

1º Me acojo á Allah (huyendo) de Satan el apedreado.

2º En el nombre de Allah el clemente, el misericordioso, bendiga.

3º Allah nuestro senõr Mahoma.

4º Y á su familia y conceda (á ellos) paz perfecta.

É extraordinario, e muito para admirar que o conjuncto destas quatro inscripções, com bem pequena alteração de palavras, diga o mesmo que o começo da inscripção que se acha na porta = del vino tão decantada mourisca Alhambra! diz assim:

"Me refugiu á Dios huyendo de Satanáz apedreado. En el nombre de
"Dios clemente y misericordioso. La bendicion de Dios sea sobre
"nuestro Señor y dueno Mohamad y sobre su familia y compañeros:
"salude y paz. (1).

Um dos capiteis tem d'altura 0,33 m e outro 0,31 m e ambos de largura, cada um, 0,24 m.

Da musulmana Chantarin ou Chantireyn, eis o que resta, achado ao acaso!... é na verdade pasmoso!

Chantireyn tomada pelos moiros, pelos annos de 715, e por elles possuida ate 850 a 866 (2) em que a perderam; tornando parece que em breve, (3) ao seu poder ate 21 d'Abril de 1093, em que lhe foi conquistada por D. Affonso o 6º de Leão e Castella; reivindicada em 25 de maio de 1111 (4) pelo grande general Seyr Ibn Abi Beker; e desde então de novo musulmana até 15 de março de 1147

* Cónego Duarte Dias, Memórias da Minha Terra. Efemérides, ms. Arquivo da Misericórdia

em que foi tomada de assalto pelo nosso primeiro rei D. Affonso Henriques; Chantireyn musulmana tantos seculos, guarda do seu tempo como reliquia que bem poucos veneram, dois capiteis!...

É certo que procedendo-se a escavações no interior das casas e ate nas ruas, apparecem, uma ou outra vez, algumas dessas covas onde os moiros encelleiravam o trigo, chamadas matamorás, ^{atamorras} matmorras e silos, umas mais ou menos profundas com a forma de cisternas, outras bojudas como grandes potes (5).

Pela dominação christã, foram os moiros obrigados a viver separados dos christãos em bairros chamados Moirarias, aljamas ou Communas, donde não podiam sahir senão de dia, e ainda assim com certo distinctivo, o qual por mandado de D. Affonso 4º era um signal branco no turbante, mandado que este rei depois modificou, obrigando-os a trajar o seu vestuario nacional, e ainda por outro decreto mandou-lhes cortar o cabello á navalha.

Não podiam sahir das moirarias sem pagarem quatro impostos: a capitação, ou contribuição pessoal, que consistia no pagamento d'um maravidi annual, por cabeça, ou 2,326 reis da nossa actual moeda; (6) a alfitra, decima sobre os rebanhos; o azaqui ou alzaqui, decima sobre os fructos, e a quarentena sobre tudo que possuíssem; sendo alem d'isso obrigados a vender os fructos do rei, e trabalhar nas suas vinhas; não fallando n'outras severidades a que estavam sujeitos.

Era-lhes permittido, porem, eleger entre si Alcaide, ou como elles lhe chamavam, Cadi, para administração de sua justiça; e prohibido não só aos Christãos, mas até mesmo aos judeus molestal-os nas suas moirarias.

Rara era a cidade, villa ou povoação que não tinha estas Moirarias (7). A de Sanatrem era grande pois occupava o espaço comprehendido entre a rua Luiz de Camões, rua das Linheiras ate á parte que desce para a rua da Moiraria, esta rua, subindo pelo sítio das Olarias ao Largo de João Palha, hoje do Bispo de Damão, indo sahir á rua de Luiz de Camões.

Ao ali passarmos nesse bairro, julgamos ir ainda deparar com essas figuras taciturnas, envolvidas em suas largas roupas, albornoses, balandraus, aljubas, e aljubetes, e o escapulario por distinctivo (8); consentrando a pujante magua de haverem perdido o seu dominio, e viverem sujeitos onde eram livres e senhores.

Este bairro foi depois chamado Villa Nova (9). A sua mesquita não era dentro da Moiraria, vejamos:

Na rua hoje de Capello e Ivens, em tempo de S. Nicolau, um pouco acima da porta travessa da igreja desta invocação, mas do lado opposto, está um beco que foi chamado das Atafonas, depois de Jeronimo do Canto, do Carquejo, e ultimamente outra vez chamado das Atafonas.

Este beco, pelos annos de 1600 e tantos communicava com a travessa chamada do Ralo, a qual defrontava com um arco denominado de Santo António, em principio da travessa deste nome, lado oriental da sua Direita, hoje de Serpa Pinto, e demolido pelos annos de 1850.

O que, pois, é hoje beco, era então n'aquella epocha de 1600, uma rua chamada da Mancebia e seguia com o mesmo nome tornejando para a travessa das Atafonas, Caldeireiros e ao presente conhecida pelo nome de Pasteleiros.

Sem podermos precisar o local, entretanto podemos dizer que era neste lemite que existia a mesquita; porque lemos n'um documento do Hospital Real de Jesus Christo, relativo a um praso encravado nas casas da rua de S. Nicolau pertencentes aos herdeiros de Jose Pedro de Mendonça, o seguinte: "uma casinha na Mancebia partindo com travessa da Mancebia, e fica junta da Mesquita" (10).

O que é de julgar, pois, é que perdida a dominação moirisca, e obrigados os crentes a viver n'um bairro separado dos Christãos, succedeu ser esse recinto aquelle em que não estava edificada a Mesquita, ficando por esse motivo, esta distante do seu centro.

Seria esta mesquita a mandada levantar pelo Emir Abde-er-Rahman quando no anno de Christo 784, visitando Santarem, Lisboa, Porto, Braga, Coimbra e outras terras, mandou erigir em todas ellas mesquitas e Aljamas, os seus paços do concelho, como entre nós dizemos, destinando-lhe uma parte dos rendimentos das Comarcas atinentes a cada cidade? (11) .

Não é de crer; porque nem os rendimentos da Comarca de Santarem deviam ser pequenos, para que não se levantasse uma mesquita proposicionada á importancia da sua capital, nem de animo acanhado, era Abde-er-Rahman, o edificador desse bosque interminavel de columnas e arcos interlaçados, chamado a Mesquita de Cordova começada em 786 (12).

A mesquita da travessa da Mancebia devia ser piquena e insignificante, é a mesquinhez do local que no-lo diz.

- (1) Rafael Contreras . Estudio descriptivo de los Monumentos árabes de Granada, Sevilla y Córdoba, pag. 173.
- (2) João B. de C. Mapp de Port. nº 2 pag. 105
- (3) Monarch Lusitº P. 2ª f. 317 vº, Azevedo Epitome da Hist. Portuguesa, pag.149
- (4) Alex. Hercul. Hist. de Port. T. pag. 219 a 221
- (5) Viterbo verb. Cova; Panorama de 1840 pag. 327; Julio de Castilho Lisb. antiga P. 2ª tom. 2º pag. 133.
- (6) Julio de Cast. Lisb. ant. P.2ª Tom. 3º pag. 40
- (7) Pinheiro Chag. Hist. de Port. nº pag. 91 a 152; Panorama pag. 19. Viterbo verb. Aljama; Coelho da Rocha , Ensaio sobre a hist. do govern e da Legisl. de Port. pag. 99
- (8) Ordenações Affonsinas T. 2º Tit. 103.
- (9) Archivo do Hospital da J. C. de Sem. Livro de foros de 1732 pag. 193 vº
- (10) Arch. do Hosp. de J. C. Lº de Notas nº 96 f.88 vº idem nº 51 f. 136 Lº deforos de 1732 f. 141 vº 156 vº.
- (11) Julio de Cast. Lisb ant. P 2ª T.I pag. 159; Lafuente Hist. Gen. de España T. 2º pag. 183.
- (12) Rafael Contreras : Estudio descriptivo de los Monumentos árabes de Granad, Sevilla e Córdoba pag. 41



Ruínas da Velha Mouraria - Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém.

2.3 A MOURARIA MEDIEVAL *

No século XIII a paróquia de S. Salvador está bem povoada de casas, algumas das quais são pertença da respectiva igreja. Uma delas, que lhe foi doada por Soeiro Egas e Jordana Martins «para aniversário», situava-se no lugar dito Atafona, cuja identificação com o actual beco das Atafonas, que se abre para a rua Capelo e Ivens, parece improvável, pela distância que o separa da igreja do Salvador. Duas dessas casas, que davam para uma azinhaga e foram dadas à igreja paroquial do Salvador pelo ministro e frades da Trindade, ficavam perto das casas de um rico cavaleiro de Santarém, Vasco Fernandes Vargalhão, proprietário como João Egas (Viegas) nos campos de Sacarabotão (164).

Ainda há referências ao Requeixo que corresponde à actual travessa do Dr. Joaquim L. Martins (165). Sobre o significado da palavra *requeixada*, diz-nos Viterbo corresponder aos adjectivos: acanhada, estreita, oprimida, despovoada. Sobre *requeixaria*, diz-nos corresponder ao lugar onde fazem queijos, lacticínios. Parece ser o significado inicial aquele que, neste caso, deu origem ao nome próprio de Requeixo, não só por ficar um tanto afastado do centro, como também por se encontrar esta zona comprimida pela cerca da muralha que lhe passava perto.

Na freguesia de S. Salvador, em zona não definida, ficava um campo e três casas (duas delas com quintais e covas de pão) que comprou D. João de Aboim (166).

No século XIV, embora sejam numerosos os topónimos relativos à freguesia do Salvador, é difícil, à parte algumas excepções, a sua correcta identificação actual.

No adro da igreja do Salvador, correspondente ao actual largo Francisco Maria da Silva (mais conhecido por largo do Padre Chiquito), viviam, no século XIV, em casas foreiras ao Salvador e à Alcáçova; além dos raçoeiros daquela colegiada, escudeiros e mesteiros, e também homens do rei, como mestre Gafoma, estribeiro que foi de el-rei D. Pedro I (167).

A porta de uma destas casas, que foi emprazada em 1365 a Estêvão Peres, tabelião, via-se uma parreira: «casa no adro do Salvador que tem hũa videyra aa porta» (168). Aliás seria vulgar este tipo de ornamento vegetal das fachadas, mesmo nas ruas mais concorridas da vila. Isso nos dão a entender outros documentos da colegiada da Alcáçova (169).

Perto do adro do Salvador ficava o Requeixo, como foi dito, topónimo que mais do que uma rua parece abranger um verdadeiro bairro, onde em becos e recuados se abrem portadas de lagares e adegas (170). A rua do Requeixo, propriamente dita, que corria de norte a sul, inflectindo para leste, era limitada a norte e a leste por muralha (171). Nela tinha em 1382 os seus paços (correspondendo talvez à senhorial Casa Paiva) Martim Afonso de Melo (172). Nesta rua viviam cavaleiros, como também almocreves e até homens de serviço (173). Os conventos da Trindade e de S.^{ta} Clara tinham lá os seus lagares (174). No Requeixo havia, no primeiro quartel do século, pelo menos uma figueira que servia de ponto de referência: «no Requeixo (...) a par da figueyra» (175). Para oriente, na direcção da travessa das Figueiras, abria-se o postigo das Figueiras onde, em 1365, os raçoeiros do Salvador emprazavam uma casa aos mouros mestre Ali e sua mulher Fátima (176).

* In Maria Ângela Beirante, Santarém Medieval, Lisboa, 1981, pp. 89-97, 74, 218-222.

Outra rua muito falada nesta freguesia é a rua da Figueira Longella (no século XVI, denominada Cingella) que se estendia no sentido aproximado de oeste-leste e ficava perto da igreja do Salvador (177). Um documento de 1339, do tombo do Salvador, ao fazer as confrontações de uma casa «a par da igreja» diz que tem uma parede que está voltada em direcção à rua da Figueira Longella e outra para a rua Direita (178). Esta última, a rua Direita, é a actual Serpa Pinto, que de Direita ainda conserva o nome. A da Figueira Longella, que tinha, pelo menos, um beco, parece poder identificar-se com a travessa do Montalvo (179).

Deve ser esta mesma rua que num documento de 1365 é apenas chamada de rua da Figueira e onde a albergaria da Mercxe (Mercê?) tem uma casa que é aforada por mandado e por conselho dos homens-bons, confrades da dita albergaria (180). É curioso notar que os topónimos referentes a figueira são abundantes na freguesia do Salvador, mantendo-se ainda boa parte deles: travessa das Figueiras, escadinhas das Figueiras, calçada das Figueiras, Postigo das Figueiras e Fonte das Figueiras (181). Todos eles parecem significar algo do antigo revestimento vegetal da zona.

Sabemos que ficavam também na freguesia do Salvador, sem podermos precisar onde, artérias como: rua e beco de Valverde, onde morou Gonçalo Anes Bocharo e onde havia uma casa da albergaria de Palhais (182).

A existência do beco do Beledinho ou Lourenço Anes Beledinho (actual beco das Cortezes que se abre para a rua Capelo e Ivens) prova-nos que já estava perfeitamente definida a rua de S. Nicolau. Nesse beco havia casas do convento de S.^{ta} Clara (183).

Ainda na freguesia do Salvador ficava a rua da Ferraria, topónimo que prenuncia, mais uma vez, um arruamento de critério profissional. Esta Ferraria aparece já num documento de 1303 (184). A avaliar pelas normas preconizadas nos *Costumes de Santarém*, os ferreiros, bem como os tecelões, carpinteiros e atafoneiros não podiam montar a sua oficina junto das adegas (185) — numerosas nesta freguesia, como na vila em geral. É provável, portanto, que a Ferraria ocupasse uma zona marginal do bairro, na vizinhança da Mouraria ou Arrabalde dos Mouros (como também aparece designada) que contornava a calçada das Figueiras.

Na Mouraria possuía a igreja do Salvador várias casas, pardieiros, «terreos» e chãos que emprazava ou arrendava a mouros forros, sendo frequente no contrato a obrigação de fazer casa de pedra, cal e madeira, substituindo assim uma construção precária por outra mais duradoura ou, ainda, preenchendo espaços livres por casas de habitação (186).

Além do Postigo das Figueiras, que outras entradas serviam a freguesia do Salvador? Em primeiro lugar, estava a Porta de Leiria, largamente mencionada, e em segundo, o Postigo de Fernão Curutelo, de localização imprecisa (187). É possível que nos muros que rodeavam o Salvador se abrisse também o Postigo de D. Romeu. A Porta da Traição, de que nos fala Fernão Lopes, dava acesso ao castelo da vila (188).

Na freguesia do Salvador ficava com certeza a rua dos Fuseiros, citada a partir de 1326, e talvez a rua das Mós, mencionada em 1363 (189). Ambas nos remetem para o mundo artesanal medieval.

urbano sem dúvida, mas de raízes campestres e de âmbito caseiro. O fuseiro era o fabricante de fusos de madeira destinados à fiação do linho e da lã. Quanto ao trabalho das mós podia ser feito manualmente ou utilizando a força animal, nas chamadas atafonas. Corresponderá a quatrocentista rua das Atafonas à antiga rua das Mós?

A leste do Salvador, no arrabalde dos Mouros ou Mouraria, residiam em casas térreas e pardieiros alguns mouros que pagavam foro àquela igreja (198). Junto do «postigo pequeno», na Mouraria, vivia Adela Barzano, mouro forro e «capelão da comuna dos mouros» que pagava foro ao rei. Numa torre sobranceira à Mouraria, tinha os seus aposentos, por ordem de D. João II. um tal Xaque Homar. Esta torre foi emprazada, em 1498, por D. Manuel, a D. João Pereira, fidalgo de sua casa, pelo foro de uma galinha (199).

Restam por identificar algumas artérias nomeadas pelos documentos do século XIII: a rua dos Baldriários (Baldriarijs), sugere-nos a deturpação de balneários ou banhos públicos, herança do mundo árabe e de boa tradição romana (200). A rua dos Caldeireiros elucida-nos, de novo, sobre a tradição de arruamento em função de critérios profissionais (201). Relacionado com o abastecimento de combustível à povoação está o topónimo azinhaga do Carvão que não ficaria longe da zona da Atamarma (202). Para a mesma época mantêm-se incógnitas: a rua de Pero Vermuez (onde moram mercadores e lavradores); a rua de S.^{to} Antoninho; a rua Verçola; o beco do Barroqueiro e o beco de D. Maria de Afonso de Novais (203).

Não é igualmente possível a localização da rua de D. Guedal ou Guedaz, referida no início do século XV. Se a da rua dos Oleiros se situava na Ramada, sabemos que havia oleiros junto da Judiaria, entre a Alcáçova e a vila, mas também se encontravam na Mouraria. O próprio topónimo de Olarias aplicado à zona periférica deste último bairro (actual largo do Barão, outrora de João Palha) chegou ao século passado (204). Um documento da igreja do Salvador de princípios do século XVI situa uma casa térrea em «vylla noua a amtre os holeyros». Outro da chancelaria de D. Manuel fala-nos da «villa noua que foi mouraria». Aqui devia ficar a nova olaria, porque a Judiaria, após o baptismo forçado dos seus habitantes, aparece designada pelo nome de S.^{ta} Cruz (205).

Daqui até à Porta de Atamarma — assim nomeada pela primeira vez nos documentos lidos, em 1314 — ia pequena distância (94). Alguns documentos do século XIV designam simplesmente por Calçada ou Calçada de Marvila a que sai da Atamarma. Nas suas imediações situavam-se inúmeras casas, envolvendo esta importante via de acesso à Ribeira, com a qual a vila estava em permanente contacto, por necessidades de abastecimento em produtos agrícolas ou matérias transportadas por via fluvial e, ainda, como zona de escoamento e de intercâmbio.

Minorias étnicas e religiosas

Se os critérios de agrupamento utilizados nas duas alíneas anteriores foram as suas respectivas dominantes (o privilégio e o trabalho), o distintivo que melhor individualiza estas minorias é o separatismo étnico e principalmente religioso, que, sem ser intransponível, foi insofismável na nossa Idade Média, em relação a mouros e judeus.

Para o século XIII não encontrei referência expressa ao lugar de habitação dos judeus de Santarém onde o separatismo habitacional não seria rigoroso. No caso dos mouros já dissemos que, por esta época, residiam, pelo menos, na Ribeira. Nos séculos XIV e XV, vemo-los até na Ramada, na Olaria, perto da Praça.

A situação económica dos primeiros parece ser superior à dos segundos, que constituíam a minoria dominada.

Há judeus prestamistas, como há judeus a quem não repugna a prática de profissões manuais: o judeu Jufez, filho de Abraão, e D. Aziz, filho de Jufez, emprestam dinheiro a cristãos⁽⁸³⁾; Josepe, filho de D. Aziz, vende um herdamento em Sacarabotão; e há também referências a um Jufez sapateiro⁽⁸⁴⁾.

Quanto aos mouros, os exemplos que possuímos vão de uma situação social média à de nítida inferioridade jurídica que é a servidão. No primeiro caso está uma Alcidey Mafomede, tendeira; e no segundo, uma Fátima, sarracena do cavaleiro João Egas que não pode afastar-se da terra onde vive e trabalha durante mais de três dias, sob pena de lhe cortarem um pé, em caso de fuga: «quod cinderet sibi suum pedem»⁽⁸⁵⁾.

O já tão falado testamento de Maria Mendes contém alusões a servos domésticos, tais como, Abdela, alfaiate, ou o casal Ali e Exam, que a testadora deixa a seus familiares. Neste documento também se vislumbra a situação do liberto, pois ela deixa à manumissa Maria, tendeira, filha de Azona, 50 libras para seu casamento.

Nomes como o de Domingos Joanes Alcalabachus (que com sua mulher Justiliana deixou, em 1248, uma herdade em Valada a S.^{ta} Maria da Alcáçova) sugere uma fusão entre famílias cristãs e muçulmanas, aos vários níveis da herarquia social, sendo, neste caso, a nível superior-médio⁽⁸⁶⁾.

Devia ser frequente nestes séculos iniciais a conversão de mouros à religião cristã, facto que podia dar ocasião a que o recém-convertido fosse injuriado com o apodo pejorativo de «tornadiço», ofensa que era punida com o pagamento de sessenta soldos ao alcaide⁽⁸⁷⁾.

Os documentos do século XIV deixam-nos a impressão de que o papel de banqueiros e prestamistas que tradicionalmente era desempenhado pelos judeus no interior das sociedades cristãs medievais é então inegavelmente assumido. No princípio do século, judeus como Salomão Arame cumprem a função tradicional de passar quitação de dívidas. Em 1308, o mercador de Santarém Isaque Azerique fica rendeiro do serviço real dos judeus na vila e termo⁽⁸⁸⁾. Mas este papel dos judeus na sociedade não é o único. Boa parte dos habitantes das judiarias de Santarém dedicavam-se ao artesanato como alfaiates, ferreiros, tintureiros, carneiros, etc.

Para o século XV são várias as referências a judeus de Santarém: em 1411, Aizaz Arame, judeu tintureiro, traz vinha na Ómnia; em 1416, Lázaro Latão tem lugar em Vale de Rosas; em 1426, Saltiel, ourives, e seu filho Bento são foreiros da igreja da Alcáçova em casas na Judiaria; em 1454, Mousem, cavaleiro, judeu mercador, e sua mulher D. Houro, moradores na Judiaria da vila, fazem um escambo com o convento de S. Francisco: recebem do mosteiro uma terra própria da lâmpada da sacristia junto do adro e jazigo dos judeus e dão ao mosteiro um olival próprio em Monte de Corvos. Testemunhas do contrato são: Abraão Mota e Jacob Celamim⁽⁸⁹⁾. Judas Narbona conta-se entre o número dos foreiros das herdades régias da Assacaia.

Uma das funções que costumavam andar associadas aos judeus era a de rendeiros ou recebedores de direitos régios ou particulares, incluindo os das igrejas e mosteiros. Em 1385, o concelho e os homens-bons de Santarém pediram ao rei que não desse ofício de rendeiro nem a judeu nem a mouro e o rei concedeu-lhes este privilégio. Contudo, nas cortes de 1439, já os procuradores do concelho se queixam de que estavam a ser agravados pelos rendeiros judeus. As queixas continuam e os judeus rendeiros das sisas dos vinhos que provassem o vinho nas tabernas ou adegas aonde iam em serviço eram obrigados a pagar 500 reais de pena. Esta pena foi-lhes levantada por D. Afonso V, em 1455⁽⁹⁰⁾.

Também a alta nobreza utilizava estes rendeiros para a recepção dos seus proventos. Está neste caso Rui Vasques Coutinho que tem uma herdade em Valada, junto da quinta do Bugalho, e casas que herdara da mãe, onde pousava quando estava na vila, na freguesia do Salvador, a cuja igreja pagava dízima⁽⁹¹⁾. As suas terras andavam arrendadas em 1405, por 72 000 libras, a um judeu morador em Santarém, de nome Josepe Zarco⁽⁹²⁾.

Em 1492 foram os judeus expulsos de Castela. Alguns judeus castelhanos encontraram asilo na comuna de Santarém. Estarão neste caso: o rabi David Cheerell, Barzalay Baur e Judas Carecem — testemunhas num instrumento de fiança, passado pelo rabi e oficiais desta comuna em abono de Cinfam, judia e mulher de Samuel de Carvalho, moradores em Santarém.

A lei de expulsão dos judeus de Portugal data de 1496⁽⁹³⁾. No próprio ano da expulsão, a 7 do mês de Julho, a Aposentadoria de Santarém firma um contrato com aquela judia, mediante o qual ela se responsabiliza, no prazo de dez anos, fornecer 400 camas (200 para escudeiros e 200 para homens de pé), com suas roupas e acessórios, por 120 000 reais⁽⁹⁴⁾.

Apesar de ser notória, nos protestos das cortes, a má vontade contra os rendeiros judeus, não se vislumbra nestes documentos qualquer intenção de cortar com o passado, expulsando da sociedade portuguesa um grupo que durante tantos séculos fez parte integrante dela. O próprio rei D. Manuel parece não estar interessado na expulsão, uma vez que lhes propõe uma alternativa para a sua saída do Reino: o baptismo — donde nasceu a designação de cristãos-novos.

Num documento de 1497, encontramos referência a dois «novos cristãos» de Santarém: Jorge Garcês, filho de Zabora, judeu (tendo sido ambos foreiros de uma vinha de D. Rolim, em Valada) e Duarte Serrão, igualmente novo-cristão⁽⁹⁵⁾. Novos-cristãos são também Henrique Fernandes, que tem propriedade na Ómia, Lopo Roiz, alfaiate, que mora na freguesia de S. Nicolau, Gil Eanes e Gonçalo Fernandes, que, em judeu, se chamava Benarroio. Estes dois últimos, como tantos outros, continuaram a morar no seu antigo bairro, mas, tal como os judeus receberam o nome de cristãos, também a Judiaria foi baptizada de S.^{ta} Cruz (em frente da Torre do Bufo)⁽⁹⁶⁾.

Os mouros que figuram nos documentos são mouros forros, libertos, o que significa que esta minoria estava a ser absorvida pela sociedade cristã. Muitos possuíam bens próprios ou aforados, nas imediações da vila, mas, em mais de um caso, vemo-los vender esses bens. Em 1301, Mafomede, mouro forro, vende um olival no Outeiro pelo preço de vinte libras.

A vinha e olival que Catarina Tosse doou ao mosteiro de S. Francisco comprou-os em 1329 por oitenta libras a duas mouras forras: Froa, viúva de Adela sapateiro (criado de Maria Rodrigues), e Moreima, sua filha, moradoras em Santarém, na azinhaga do Carvão.

Casos como estes podem significar um empobrecimento de um grupo social que legalmente e de facto estava a desagregar-se. Todavia, no século XV, continua a haver inúmeros proprietários mouros, no termo de Santarém. Estão neste caso: Rebelim (que tem um olival junto do convento de S.^{ta} Clara), Adela (possuidor de um olival em Vale de Estacas), Abrafeme (dono de um olival, à Fonte da Junqueira), Ratinho (com olival nas Manteigas) e Cantarinho (com olival na Oliveira do Enforcado).

Um casal de mouros forros, Abranceiro e Azona, que viviam em Santarém, venderam as suas terras no campo de Toes ou Tooxe a uma família cristã da freguesia de S.^{ta} Maria da Cheint (Achete) que, por sua vez, as doou ao convento de S.^{ta} Clara. Moreima, outra moura forra, viúva de Azambujo, paga foro à igreja do Salvador pelas suas casas na Mouraria⁽⁹⁷⁾.

Foreiros de vinhas na herdade régia da Assacaia são: Mourinho, filho de Murça, Çayde Azbade e Alle Franco, mouros forros. Barzano, mouro forro, tinha uma vinha em Valada que trocou por casas na Mouraria⁽⁹⁸⁾. Trata-se, na sua generalidade, de mouros forros, libertos, portanto⁽⁹⁹⁾.

Quanto à segregação habitacional dos mouros, podemos afirmar que só dobrado o meio de Quatrocentos se deve ter consumado, pois se a maior parte da população islamita de Santarém vivia na Mouraria, alguns viviam fora dela. Assim acontecia, de facto, com os mouros oleiros da rua da Ramada que eram foreiros ao convento de Chelas. Mas, a partir de 1445, atendendo a que era «mais serviço de Deus e do Mosteiro» aforar essas casas a cristãos, a priora de Chelas

procede judicialmente contra aqueles mouros dando-lhes ordem de despejo. Passados vinte anos, pede mesmo ajuda de braço secular ao rei Afonso V que dá sentença contra o réu Mafomed de Ratinho, mouro forro da rua da Ramada, porque «era mouro Infiell E jmmigo da nossa santa fe ao quall per direito E constituycom era defeso poder teer algũa cousa emprazada que eclesiastica fosse» (100).

Este renascer da intolerância, de que a segregação é reflexo, em que se empenhavam os poderes civis e eclesiásticos, é a consequência directa do reacender do espírito cruzadístico que põe novamente em choque dois mundos rivais.

Neste crepúsculo da Idade Média, quando pareciam estar abatidas as barreiras entre a liberdade e a escravidão, quando pareciam superadas as condições que permitiam ao homem ser dono de outro homem, eis que novos caminhos se abriam, novas situações se criaram, possibilitando o revigoramento de uma instituição do mundo antigo: a escravatura. Dela encontramos eco no já falado testamento de Duarte Sodré que deixa dois escravos a seu filho morgado. O renascer desta instituição é, como sabemos, uma consequência da expansão marítima.

O ponto fulcral desta nova época é a Praça. Manuel Fernández Alvarez afirma que a «Plaza Mayor» das cidades espanholas «é muito mais que o lugar onde se celebra o mercado semanal: é o ponto de citação dos cidadãos, onde estes se misturam e conhecem; é também onde têm lugar os grandes acontecimentos; a leitura dos pregões régios, os torneios, as corridas de touros, os autos de fé. Em suma, as festas religiosas e profanas» (46). Guardando a diferença de proporções que se deve ao facto de aqui a praça renascentista se inscrever no mesmo espaço e traça medieval e herdar grande soma destas funções dos séculos anteriores, todas as funções enunciadas por aquele autor para a «Plaza Mayor» espanhola tinham pleno cabimento na «Praça da Vila» santarena.

Apesar de o seu espaço estar definido na época medieval, no século XVI tentou-se modernizar a fachada dos edifícios circundantes. Nas primeiras décadas de Quinhentos, foi a vez de se renovar a igreja de Marvila que limita pelo sul a Praça (47). Na última década do século, modernizou-se o edifício do Senado ou Casa da Câmara, cuja traça se conserva em parte. A sua obra estava entregue em 1591 ao mestre de obras Bastião Alvares e a mais três pedreiros que com ele trabalharam durante cerca de três anos (48). As suas janelas levaram ferragens novas de que se encarregou o serralheiro Ambrósio Rodrigues (49).

Integrados no mesmo edifício ficavam os açougues que a Câmara mandava limpar e cair. Ficava também a cadeia que tinha janela com grades sobre a Praça. Em 1592, abriu-se-lhe outra para as traseiras, para a banda da Mouraria. Não faltaram igualmente outros cuidados de higiene, como a construção de «necessárias» na cadeia das mulheres (50).

Na Praça predominam as casas assobradadas ou de primeiro andar. Várias são pertença da igreja de Marvila. Por baixo dos sobrados ficavam as lojas e, por vezes, as adegas, nas traseiras das residências. Mais compridas que largas, tais casas ocupam o menor espaço possível de fachada. Esta varia entre 1,65 e 3,85 metros, sendo a medição efectuada com varas de 5 palmos.

A sua população afigura-se-nos heterogénea na sua composição: um picheleiro, um escudeiro, um adargueiro, dois barbeiros, um carpinteiro, um mestre(?), um aljubeiro, um criado do duque de Coimbra. Também lá pousava o juiz de fora (51).

Da Praça, do lado da cadeia saía a azinhaga das Mouras que tanto podia ser a actual calçada de Mem Ramires como

(46) *La Sociedad Española del Renacimiento*, p. 53 (tradução nossa).

(47) Enquanto se realizaram as obras, os ofícios de culto tinham lugar de S. João de Alporão. (*B.M.S.*, K. 255, n.º 25, doc. 6).

(48) Mediante contrato realizado com a Câmara receberam o seu ordenado em três pagas de 128 000 reais cada uma. (*R. D. Câmara, 1586*, fl. 223. *R. D. Câmara, 1591*, fls. 111 e 116 v).

(49) *R. D. Câmara, 1592*, fls. 105 v-106.

(50) *R. D. Câmara, 1586*, fl. 223. *R. D. Câmara, 1592*, fls. 11 e 116 v.

(51) *Cla.*, DA, doc. 10; M. 9, doc. 545; M. 15, doc. 1007. *L.P.P.*, fl. 129 v. *Livro 9*, fl. 130. *Marvila*, fls. 80-81, 85 e 115. *Donas*, fl. 1.

as escadinhas de St.º António. Um documento de 1537, do convento de S. Bento, fala-nos da escada do paço do concelho. Tratava-se, ao que parece, da escada exterior ao edifício que o Padre Inácio da Piedade e Vasconcelos regista no seu livro, em 1740 ⁽⁵²⁾.

A retaguarda da Câmara, ficava a chamada travessa por Detrás dos Açougues (correspondente à rua 15 de Março), ladeada de pardieiros e lagares. Entre os proprietários de lagares conta-se o convento de Alcobaça e um rico mercador que devia ser rendeiro dos açougues, André de Carmona. Marvila tinha aí alguns pardieiros e nessa travessa vivia um tabelião, um latoeiro, um oleiro e um ourives.

A Porta de Atamarma integrava um complexo de artérias e a sua comunicação com a Praça fazia-se pelo menos por duas ruas ⁽⁵³⁾.

O largo do Pelourinho ou praça de Marvila comunicava com o largo de Marvila por uma passagem mais estreita do que a actual. Esta espécie de estrangulamento era devido à existência da torre dos sinos que ficava no exterior do edifício, encostada ao ângulo anterior para o lado da Praça, como ainda é possível constatar pela imagem que deste monumento nos dá a iluminura da Crónica de D. João I, existente na Biblioteca Nacional de Madrid.

No largo de Marvila viviam, em casas foreiras da igreja, Gonçalo Nogueira meirinho dos clérigos, e Mem Rodrigues tabelião. Estas casas confinavam pelas traseiras com casas do Aljube e com outras do marquês de Ferreira. No extremo oposto, por detrás da igreja de Marvila, nomeadamente na retaguarda da capela de S. Vicente da mesma igreja, ficavam as casas de Duarte da Cunha fidalgo, que abriam para a rua Direita da Porta de Manços (actual 1.º de Dezembro). Ao lado, na mesma travessa (actualmente chamada de Marvila), viviam um alfaiate, um sapateiro e um mercador, em casas do hospital de Jesus Cristo que anteriormente foram da albergaria do Espírito Santo ⁽⁵⁴⁾. A comunicação de Marvila com o arrabalde de Alfange fazia-se pela então rua de Fernão Besteiro.

A rua das Tendeiras que saía da Praça do Pelourinho é identificada em documentos de St.ª Clara com a rua das Frigideiras, nome que ainda se mantém. Era aqui que estava o Aljube, e a igreja de Marvila possuía uma boa quantidade de moradas, quase todas de primeiro andar. Outras eram de St.ª Clara e uma, pelo menos, era do mosteiro de Alcobaça. Outros proprietários eram o conde de Tentúgal e o vice-rei da Índia ⁽⁵⁵⁾. Entre os seus habitantes contavam-se: um armeiro,

⁽⁵²⁾ *Ben. Perg.*, M. 1, doc. 17. Cf. *Historia de Santarem Edificada*, vol. II, livro 2.º, p. 252.

⁽⁵³⁾ *Marvila*, fls. 88-94 e 115. *Donas*, fl. 91. *Hospital*, fls. 121 v e 132.

⁽⁵⁴⁾ *Marvila*, fls. 71 e 76-79. *Hospital*, fl. 112.

⁽⁵⁵⁾ Talvez se trate de D. Garcia de Noronha, filho de D. Fernando de Noronha (governador da casa da *Excelente Senhora* ou Beltraneja) e cunhado de Pedro Alvares Cabral. Foi o 3.º vice-rei da Índia onde faleceu em 1540.

um bacharel, um barbeiro, um sombreiro e um ferrador. Aí residiam também Beatriz de Maiorga, viúva de Lançarote Fernandes⁽⁵⁶⁾. Uma das casas da rua das Tendeciras, perto da Praça, confinava com a antiga estalagem denominada «Cabeça do Finado», já referenciada em documentos dos séculos XIV e XV, ainda que sem indicação deste nome, mas só e genericamente como «estalagem dapar do pelourinho de Marvila»⁽⁵⁷⁾.

(56) *Marvila*, fls. 87-88.

(57) *Cla.*, M. 7, doc. 368; M. 15, docs. 1010 e 1012; *Livro 9*, fl. 130 v. *Marvila*, fls. 84-85 e 112-114.

(...)

No extremo leste do Salvador, situava-se a Mouraria onde havia a rua de João Pereira⁽¹¹⁷⁾ na qual a viúva de Manuel Rodrigues, porteiro da Casa da Suplicação, trazia aforada uma casa que fora do hospital de Palhais. Em 1535, um beneficiado de S. Nicolau era foreiro de umas casas desta igreja num dos becos da Mouraria, na vizinhança de um surrador e de casas que foram de Diogo Serrão. Em 1560, damos conta de serem foreiros de casas do hospital situadas na Mouraria: dois pedreiros, um surrador, um almocreve e um mestre de carpintaria — prova bastante de que o pequeno bairro perdera o carácter de *ghetto*, tal como aconteceu com a Judiaria, após a lei da expulsão⁽¹¹⁸⁾.

Depois do baptismo dos Mouros e Judeus, a antiga Mouraria, tal como a Judiaria, foi integrada na Cristandade, dando origem a um novo bairro da vila. Nela viveriam especialmente os oleiros. Nesta «vylla noua a antre os holeyros», no ano de 1510, o vigário do Salvador aforou ao oleiro António Dias uma casa térrea⁽¹¹⁹⁾.

Na freguesia do Salvador ficaria ainda a travessa de Mem Cerveira, perto do Terreiro dos Paços⁽¹²⁰⁾. Mais duvidosa nos parece ser a localização de certos topónimos da vila: Atafonas (será o beco actual das Atafonas?), o beco de Gil Afonso, a rua de Meyiões (sic) e a rua de Sete Fornos que nos faz lembrar a travessa dos Sete Cantos (nome que chegou até ao nosso século) e corresponde a parte da actual rua Guilherme de Azevedo⁽¹²¹⁾.

Como rua Direita por excelência, a rua Direita do Salvador foi calçada nos finais do século XVI. Era por ela que desfilavam os cortejos e as procissões e passavam as carruagens. A dignidade e a comodidade eram-lhe indispensáveis. A própria Mouraria — bairro que fora de condição ínfima por nele se abrigarem os filhos dos antigos escravos — foi objecto de cuidados da parte da vereação. Para apagar essas marcas de inferioridade social, as suas ruas principais foram calçadas⁽¹²²⁾.

(116) *Donas*, fl. 3 v.

(117) João Pereira foi fidalgo do conselho do rei (Montês Matoso, *Santarem Illustrada*, vol. I, fl. 278).

(118) *Hospital*, fls. 43, 112, 121 v e 132 v. *Nicolau*, fl. 13.

(119) *Sal.*, M. 4, doc. 169. *Hospital*, fl. 101.

(120) *Marvila*, fl. 81.

(121) *Hospital*, fls. 43 e 101. *Marvila*, fls. 92 e 132.

(122) *R. D. Câmara*, 1592, fls. 108 v e 109.

(...)

Vários são os caminhos que ligam a vila alta à sua satélite ribeirinha. Nada menos que quatro: calçadas de Santiago, de Atamarma, do Gaião e de St.^a Clara.

À beira da mais antiga — a calçada de Santiago — localizavam-se alguns adjuntos de casas. Um deles, propriedade do convento de St.^a Clara, tinha quintal, fonte e árvores de fruto. Pertencera a Gil Vicente, carpinteiro e mestre das obras de el-rei D. João II, e depois a João Martins, atafoneiro, que o vendeu a Francisco Lopes Girão, filho de Cristóvão Lopes (123).

Na calçada de Santiago havia igualmente casas do hospital de Jesus Cristo nas quais viviam, entre outros, um Vasco Lopes, tecelão, e um Gaspar Fernandes, barqueiro (124).

Disseminados pela encosta havia quintais de vários proprietários. O concelho da vila tinha aí o seu quinhão, «a costa do concelho». O próprio adro de Santiago devia ter certo ar de quintalório, segundo se nos afigura num documento de 1518 que relata uma querela entre as igrejas da Alcáçova e de Santiago sobre o dízimo da lezíria do Galego que fora do conde de Vila Real. A sentença foi dada «junto com a igreja de Ssantiagou bem aas olliveiras que estam na carreira e caminho que vae da dita egreja pera a rribeira» (125).

A calçada de Atamarma estava inscrita na freguesia de S. Mateus, cujos limites foram novamente definidos em 1584, renovando assim a delimitação feita em 1471, como se pode ver num documento da igreja de St.^a Cruz (126).

Nesta calçada situavam-se três casas térreas com quintal da igreja de Marvila. Pela frente passava a calçada de Atamarma e pela retaguarda a azinhaga que ia até à igreja de S. Mateus. Ao lado, pela parte leste, havia uma travessa que levava à mesma igreja (127).

O hospital de Palhais legou ao de Jesus Cristo umas casas na calçada de Atamarma, em que viviam em 1560 Francisco de Pina, clérigo, e Rodrigo Anes, luveiro (128).

Entre a freguesia de S. Martinho e a de S. Mateus disseminavam-se vários quintais, como o que andava aforado a D. Gil Eanes que era freguês de S. Martinho. O mesmo nobre trazia um outro quintal aforado sobre a calçada do Gaião (129). Nestes quintais havia fontes e chafarizes que ainda lá se mantêm.

A calçada do Gaião, que vinha entroncar na calçada de Atamarma, era uma sua variante. Seguia de perto a regueira de Runes, no chamado vale do Gaião, pelo que o terreno cedia facilmente.

(123) *Cla.*, M. 11, doc. 765; *Livro 9*, fl. 132. Cristóvão Lopes é citado, em *Donas*, fl. 61, como homem que tem criados.

(124) *Hospital*, fl. 132.

(125) *Alc.*, M. 16, doc. 316.

(126) *Cr.*, M. 1, doc. 5.

(127) *Marvila*, fl. 92.

(128) *Hospital*, fl. 132.

(129) *Idem*, fl. 108 v. *Mateus*, fls. 5-6. *Mat.*, M. 1, doc. 26. Um dos quintais era propriedade da igreja de S. Martinho e situava-se nas traseiras da casa de D. Gil Eanes, desde o muro onde estava o oratório até o caminho que ia do Postigo de S. Martinho para a igreja de S. Mateus. (*Martinho*, fl. 10).

3. A PORTA, CALÇADA E FONTE DA ATAMARMA

3.1 PORTA DE ATAMARMA . EPÍGRAFE

"Esta porta he por onde entrou El Rey D. Affonso Henriques, quando na madrugada de 8 de Mayo de 1147 com 250 soldados restaurou esta Villa do poder mauritano, em cuja memória se gravou em huma pedra da parte de dentro sobre a mesma porta a seguinte Inscripçam:

117

Virgo Dei sic dicta tibi Victoria nomem Haec Alphonsus vi patefecit
iter

1568

Aqui se venera em huma Capella sobre esta porta a Imagem de N. S. da Victoria: da parte de fora da porta estam gravadas as Armas da Villa".

António Joaquim Moreira Colecção de Epitáfios, Inscricções e Letreiros, finais do séc. XVIII.



CÓPIA A
O ED. SOBRE
IMAGEM
(SERRAVALLE 2
1365)

A. MENNA

Logo de arco d'atamarma, em Atamarma, vista para baixo através da Villa

a) A. GARRETT

Fomos de passagem observando algumas das mais interessantes coisas daquela interessantíssima terra em que se não pode dar um passo sem que a reflexão ou a imaginação encontre objecto para se entreter. Inclinando um pouco à direita, demos na celebrada porta de Atamarma.

Por aqui entrou D. Afonso Henriques, por aqui foi aquela destemida surpresa que lhe entregou Santarém, e acabou para sempre com o domínio árabe nesta terra.

Os ilustrados municipais Santarenos têm tido por vezes o nobre e generoso pensamento de demolir esta porta! o arco de triunfo de Afonso Henriques, o mais nobre monumento de Portugal!

A ideia é digna da época.

Felizmente parece que tem faltado o dinheiro para a demolição; e o senatus consulto dos dignos padres conscritos não pôde ainda executar-se.

Não que eu creia este arco o genuíno arco moiresco por onde entraram os bravos de D. Afonso; mas creio que essa porta da antiga vila se foi reparando, consertando e conservando em suas sucessivas alterações, até chegar ao que hoje está: e ainda assim como está, é um monumento de respeito que só bárbaros pensariam desacatar e destruir. Por cima dela está uma capelinha de Nossa Senhora¹⁶² da Vitória: quer a tradição que primeiro erguida e consagrada à Virgem pelo heróico fundador da monarquia e da independência portuguesa. Este é um dos muitos pontos em que a religião das tradições deve ser respeitada e crida sem grandes exames, porque nada ganha a crítica em pôr dúvidas, e o espírito nacional perde muito em as aceitar.

Deixá-la estar a Virgem da Vitória sobre o arco de Afonso Henriques. Prostremo-nos e adoremos, como bons portugueses, o símbolo da fé cristã e da fé patriótica levantado pelas mãos ensanguentadas do triunfador!

Mas seria ele ou não que levantou essa capelinha? os documentos faltam, os escritores contemporâneos guardam silêncio; a história deve ser rigorosa e verdadeira...

Deve: e os grandes factos importante que fazem época e são balizas da história de uma nação, também eu os rejeitarei sem dó quando lhes faltarem essas autênticas indispensáveis. Agora as circunstâncias, para assim dizer, episódicas de um grande feito sabido e provado, quem as conservará se não forem os poetas, as tradições, e o grande poeta de todos, o grande guardador de tradições, o povo?

Eu creio na Senhora da Vitória de Santarém, e em muitos outros santos e santas, que a religião do povo tem por esses nichos e por essas capelas

e por esses cruzeiros de Portugal, a recordar memórias de que se não lavrou outro auto, não se escreveu outra escritura, de que não há outro documento, e que os frades croniqueiros não julgaram dever escrever no livro de terça ou de noa, em nenhum livro preto nem encarnado, porque o tinham por melhor escrito e mais bem guardado nos livros de pedra em que estava.

Coitados! não contaram com os aperfeiçoadores, reparadores, fomentadores¹⁶³ e demolidores das futuras civilizações que, para pôr as coisas em ordem, tiram primeiro tudo do seu lugar.

A câmara de Santarém, não podendo demolir o arco, tomou um meio termo que aposto que ninguém é capaz de adivinhar. Aforou a capela por cima dele, com altar, com santos e tudo: e assim esteve aforada alguns anos, não sei para quê nem porquê; o caso é que esteve.

O ano passado porém (1842) começou a manifestar-se esta reacção religiosa que os especuladores quiseram logo converter em ganância pessoal, descontando-a no mercado das agiotagens facciosas; mas perdem o seu tempo, inda bem! Veio, digo, esta reacção nas ideias das gentes; e a capela da Senhora da Vitória sobre o arco, não sei também como nem porquê, foi *desaforada*, e restituída ao culto popular.

Subimos a ver a capela por dentro: é um rifacimento ridículo e miserável, sem nenhuma da solenidade do antigo, nem elegância moderna alguma.

Desapontou-me tristemente. Vamos ao Santo-milagre depressa, que me quero reconciliar com Santarém: e já começa a ser difícil.

Mas é injustiça minha. Que culpa tem ela, coitada?

Ai Santarém, Santarém, abandonaram-te, mataram-te, e agora cospem-te no cadáver.

Santarém, Santarém, levanta a tua cabeça coroada de torres e de mosteiros, de palácios e de templos!

Mira-te no Tejo, princesa das nossas vilas: e verás como eras belas e grande, rica e poderosa entre todas as terras portuguesas.

Ergue-te, esqueleto colossal da nossa grandeza, e mira-te no Tejo: verás como ainda são grandes e fortes esses ossos desconjuntados que te restam.

Ergue-te, esqueleto de morte, levanta a tua foice, sacode os vermes que te poluem, esmaga os répteis que te corroem, as osgas torpes que te babam, as lagartixas peçonhentas que se passem atrevidas por teu sepulcro desonrado.

¹⁶² Nossa Senhora em vez de N. S. (p. 105).

¹⁶³ , fomentadores: acrescento do A. (p. 106).

Ergue-te, Santarém, e dize ao ingrato Portugal que te deixe em paz ao menos nas tuas ruínas, mirrar tranquilamente os teus ossos gloriosos; que te deixe em seus cofres de mármore, sagrados pelos anos e pela veneração antiga, as cinzas dos teus capitães, dos teus letrados e grandes homens.

Dize-lhe que te não vendam as pedras de teus templos, que não façam palheiros e estrebarias de tuas igrejas; que não mandem os soldados jogar a péla com as caveiras dos teus reis, e a bilharda com as canelas dos teus santos.

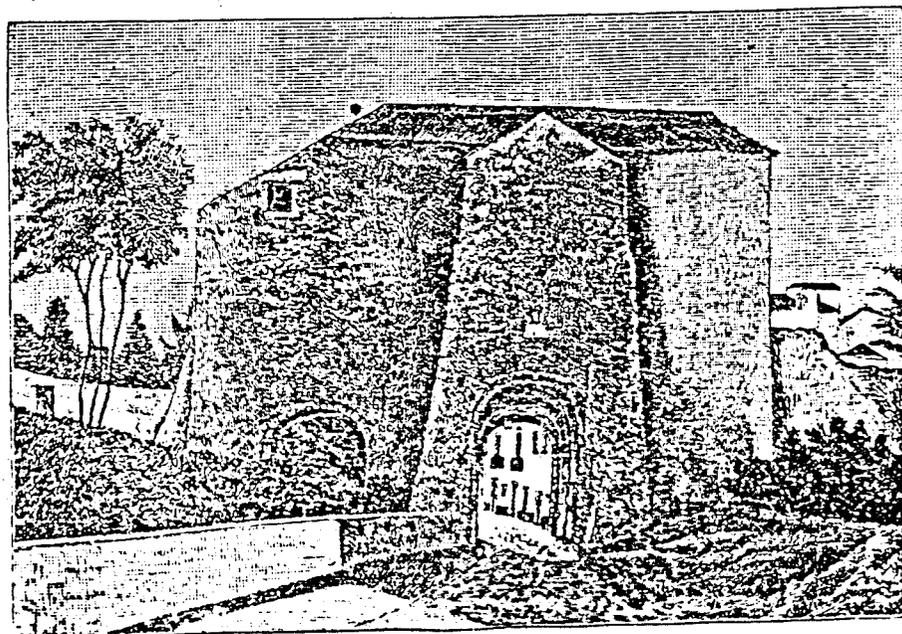
Tiraram-te os teus magistrados, os teus mestres, os teus seminários... tudo, menos o entulho e a caliça, as imundices e os monturos que deixaram acumular em tuas ruas, que espalharam por tuas praças.

Santarém, nobre Santarém, a Liberdade não é inimiga da religião do céu nem da religião da terra. Sem ambas não vive, degenera, corrompe-se, e em seus próprios desvarios se suicida.

A religião do Cristo é a mãe da Liberdade, a religião do Patriotismo a sua companheira. O que não respeita os templos, os monumentos de uma e outra, é mau amigo da Liberdade, desonra-a, deixa-a em desamparo, entrega-a à irrisão e ao ódio do povo... ..

Vamos ao Santo-milagre.

b) A. HERCULANO



14. — Santarem. — Porta de Atamarna, demolida em 1864, vista do exterior da cidade.

Em Pernes, porém, elle lhes patenteou tudo, animando-os com dizer-lhes que tinha comprados alguns dos vigias do castello, postoque assim não fosse. A tentativa assustou os cavalleiros, não por si, mas pelo principe, que viam offerecido a tamanho risco. Insistiam em que não os acompanhasse; achando-o, porém, inabalavel, prepararam-se para aquelle arduo feito. Partindo ao anoitecer, ajunctaram-se os peões e cavalleiros a pouca distancia da povoação ameaçada e tomaram por um valle, entre o monte Iraz ou Motiraz e a fonte de Tamarmá, assim chamada pela doçura das suas aguas (2). Ia na frente Mem Ramires como practico; e, não presentidos pela povoação adormecida, aproximaram-se dos muros do castello.

O desenho para saltar aquella fortaleza inexpugnavel tinha sido de antemão traçado pelo rei, que para isso aproveitara as informações de Ramires. Haviam-se feito dez escadas, a cargo cada uma de doze homens d'armas escolhidos, os quaes, portanto, sommavam cento e vinte. Doze golpes de gente, de dez soldados cada um, subiriam assim successivamente ao muro no sitio que indicara o espia e que era uma quadrella ou lanço onde os sarracenos não costumavam collocar esculcas ou vigias nocturnas. Subidos todos, deviam hastear a signa ou pendão real sobre as ameias, de modo que se podesse enxergar á luz duvidosa da noite e depois, descendo do adarve ou andaime da muralha

para a corredoura interior, quebrar os ferrolhos das portas por onde entrariam os que ficavam de fóra. O que especialmente se recommendava aos cento e vinte que tinham de subir á escala era que naquelle primeiro impeto, enquanto os inimigos estavam somnolentos e inermes, não perdoassem nem a homens nem a mulheres, nem aos velhos nem ás creanças. Os gritos variados dos moribundos, o sangue correndo em torrentes, aquelle relampaguear incessante dos ferros e o som rouco dos golpes indiscriminados espalhariam tal confusão, terror tão profundo, que a defesa se tornaria impossivel, e o castello seria sem grande custo subjugado.

(2) Fontem qui propter amaras aquas arabicè appellatur. Athumarimal : *Tamarmá* tem a significação que lhe damos: Moura. Vestig da Lingua Arab., p. 190.

c) A DEMOLIÇÃO DA
PORTA DA ATAMARMA *

Das oito portas que fechavam o cinto de muralhas da velha Santarém fortificada, a mais notável era a da Atamarma. Ao passo que sobrepujava as outras na grandeza, aquinhoava-se brilhantemente na historia d'aquella povoação preclara.

Era um monumento nacional a porta da Atamarma.

Por ella havia entrado o fundador da monarchia portugueza, para acabar de vez com o dominio arabe na rainha das villas ribatejanas.

Em 1843 passou por alli Garrett, e disse: "Os illustrados municipales Santarenos teem tido por vezes o nobre e generoso pensamento de demolir esta porta! o arco de triumpho de Affonso Henriques, o mais nobre monumento de Portugal!

A idéa é digna da epoca.

Felizmente parece que tem faltado o dinheiro para a demolição; e o senatusconsulta dos dignos padres conscriptos não pôde ainda executar-se".

Vinte e dois annos depois (1865), o governo portuguez approvava o orçamento da camara municipal de Santarem, no qual se lê o seguinte: "ameaçando ruina o antigo arco da Atamarma, a camara julgou não protrahir a sua demolição, e por isso pôz de arrematação esta obra por trinta e nove mil réis, resultando d'aqui pedra e tijolo calculado em mais de cem mil réis".

Felizmente os dignos padres conscriptos puderam obter a importante quantia de trinta e nove mil réis para executar-se o seu senatusconsulta!

E ficaram muito satisfeitos com a sua obra de demolição, porque lhes abundou a pedra para calçar as ruas, e o tijolo para edificar casebres.

Malvados!

Não disse bem. Houve tempo, em que certos actos de barbarie, commettidos n'este pacifico paiz, me davam a nota de malevolencia do indigena. Hoje em dia penso de um modo diverso. Em geral o indigena não é má pessoa; mas não sabe o que faz, é ignorante. Á escola tem elle tanto horror, como os corpos ao vacuo. Se alguma vez se lembra de ler duas ou tres paginas de um bom livro, é para mais facilmente adormecer, nunca para se instruir ou meditar.

E por estas justissimas razões está sempre prompto para destruir, raras vezes para edificar.

Deus lhe perdôe.

* Zeferino Brandão, in Occidente, vol. VIII, nº 242, Lisboa, 11/VIII/1885.

Não existe hoje rastro nem signal do arco da Atamarma. Por fortuna o Occidente poudo obter um desenho d'elle, feito por João Christino da Silva, antigo professor da Academia das Bellas Artes, e por isso archiva nas suas paginas mais uma gravura que representa um padrão de gloria nacional.



A PORTA DA ATAMARMA, EM SANTARÉM (Desenho posthumo do professor João Christino da Silva)

*

a) DIVERSAS INTERPRETAÇÕES ETIMOLÓGICAS DA PALAVRA ATAMARMA

Do tempo dos mouros, ou mais antigo, quem sabe? existe uma pequena fonte d'água salôbra chamada da Tamarma ou Atamarma, como vulgarmente se diz, ao cimo da calçada que desta fonte tomou o nome. Todos os nossos Chronistas della fazem menção, quando tratam da tomada de Santarem por D. Affonso Henriques; divergindo, porem, de opinião enquanto á etymologia desse nome.

Fr. Bernardo de Brito (1) diz chamar-se o valle Athumar que em arabico significa "aguas amargozas que as tem uma fonte que nasce naquelle valle" =

Brandão (2) diz: "chegando El Rei com os seus perto do muro, se apearam dos cavalos e pello valle que corre entre o monte Iria, e a fonte de agoas "amargozas (o qual por esta causa em Arabico se dizia Athamarma); e no Apendice n'um relatorio da tomada de Santarem por D. Affonso Henriques = Fontem que propter amaras aguas Arabice "apellatur Athumarmal".

A estes seguem Fr. Agostinho de St^a Maria e P.^e Vasconcellos (3).

Vejamos agora os de opinião inteiramente contraria.

Duarte Galvão (4): "Fonte Datamarma ha qual assim chamarão em Arabigu, pelas aguas della que são doces".

Duarte Nunes de Leão (5): "Fonte da Tamarma que quer diser em Aratigo das agoas doces".

Viterbo (6): "Tamarma assim chamada ainda hoje uma fonte na villa de Santarem, os mouros lhe poseram este nome que quer dizer agua de Tamaras ou agua doce, e não aguas amargozas como erradamente disseram alguns dos nossos escriptores".

Finalmente, Alexandre Herculano (7): = a "fonte de Tamarmá, assim chamada pela doçura das suas aguas".

De mouros, alem de muitas outras coisas que seria prolixo enumerar, resta falar das ruas que, tortuozas, estreitas e mal traçadas, segundo o uso arabe, era não só para mitigar os ardores do sol, como também necessario ás operações estrategicas d'aquelles tempos d'arma branca; cada curva, cada esquina, era uma defesa, uma espera, uma cilada armada ao inimigo.

Bastante temos dito de mouros, passemos agora a fallar de judeos.

* Cônego Duarte Dias, Memórias da Minha Terra. Efemérides, mans. Arquivo da Misericórdia.

- (1) Chron. de Cister L^o 3^o Cap^o 19 f. 153 v^o
- (2) Mon. Lusit. Parte 3^o L^o 10 Cap. 23 e fl. 290 v^o
- (3) Sant. Marian.T. 2^o pag. 170. Hist. de San. Parte 1^o pag. 14.
- (4) Chron. de D. Affonso Henriques, Cap. 28 pag. 37.
- (5) Chron. do mesmo rei pag. 108 , Mihi
- (6) Elucidario T. 2^o pag. 227, Mihi
- (7) Hist. Port. T. L^o 2^o pag 362 Mihi referindo-se a Moura. Vestígios da ling. arab. pag. 190



Antiga Rua da Mouraria.

Foto Gomes - Arquivo da B.M.S.

b) SERÁ A MÃE DE ÁGUA A ORIGEM DO NOME TAMARMÁ? *

Tamarmá. Nome de fonte e calçada de Santarém. Sousa ⁽¹⁾ deu-lhe a significação de «água doce», confiado neste passo, que cita, de Duarte Galvão: «Tomarão (os Portugueses) o sumidouro entre Motirás e a fonte de Tamarra, á qual os Mouros assim lhe chamávão pelas aguas dela serem doces» ⁽²⁾.

A «Relação da Tomada de Santarém» ⁽³⁾ chama-lhe Athumarmal que traduz por «aguas amargosas»: «fontem qui propter amarar aquas arabice appellatur Athumarmal».

Já tive ensejo de me ocupar dêste nome e de dizer que nem uma nem outra explicação me parecia exacta ⁽⁴⁾, sem, todavia, poder explicar convenientemente o vocábulo. Tenho hoje a explicação dêle. Parece-me, realmente, de origem árabe, mas com a significação de «calçada da mãe de água», isto é, *tala*, «calçada» (subida), *mā-lmā*, «mãe de água» (literalmente «água da água»), ou seja *tāmārmā*, em que houve queda do *l* intervocálico de *tala* e passagem de *l* a *r* em *-ālmā*. O acento tónico deve estar na sílaba final, porque é longa; e a prova que assim deve ter sido dá-a a forma *Athumarmal*, com *l* final: é assim também em *arsenal*, *açacal*, etc. Esta forma *Athumarmal* explica-se com *tulū* e queda do *l* intervocálico, como em *tala*, e ambos os termos são sinónimos. O *a* inicial não é etimológico; pertenceria ao artigo árabe e então a construção gramatical seria errada.

O leteiro municipal diz *Calçada da Tamarra*, sem acento no *a* final, e os santarenos assim pronunciam hoje. Em Lisboa existe uma *Calçada da mãe de água*, que dá para a Rua da Alegria, e uma *Travessa da mãe de água*, em Alfama, na mesma cidade.



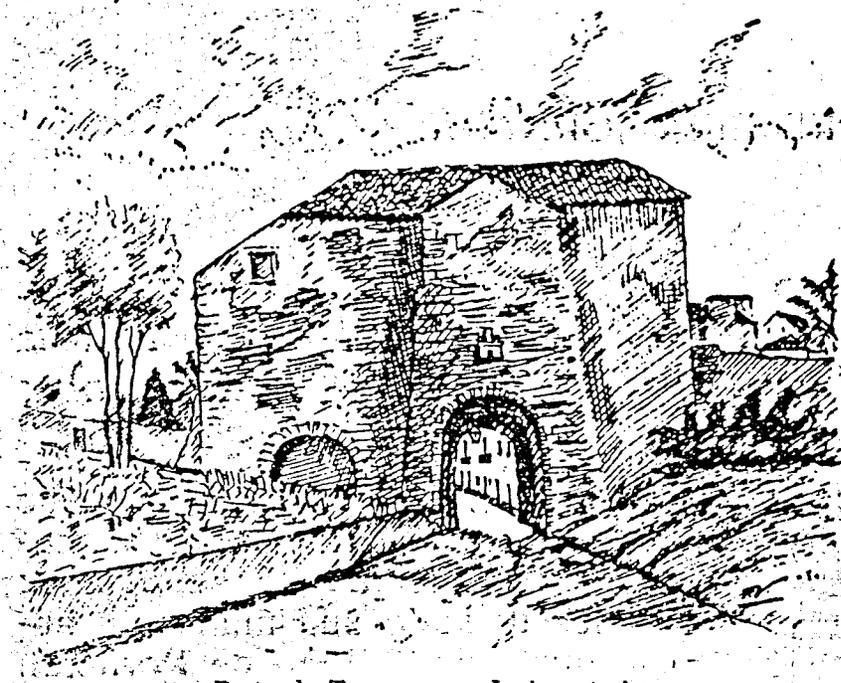
PORTUGAL-SANTARÉM

Vista parcial da cidade

* In David Lopes, "Toponímia árabe de Portugal", *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-22, p. 269.

3.4 ATAMARA E MOURARIA *

Pelos vales correspondentes a estas alturas são as naturais entradas para a cidade, a maior parte do lado do rio, servidas por calçadas, das quais algumas ainda conservam os seus antigos nomes: Alfange, Ónias, Padeiras, S. Domingos, Monte, Santa Clara, Tamarra.



Porta da Tamarra — Lado exterior
(cópia de um quadro antigo)

Ao cimo desta última esteve até 1865 a porta do mesmo nome, sob a égide da Sr.^a da Vitória, cuja imagem ali era venerada numa capelinha erguida — resa a tradição — pelo fundador da Nacionalidade. Nada pôde a santa contra o propósito que naquele ano formou a Câmara Municipal: demolir o arco para de tal obra alcançar um ganho de sessenta mil reis.

Era a principal de Santarém, a porta da Tamarra. A muralha, abandonada desde o tempo de D. Fernando, passava por aqui e seguia pela Pedreira,² portas de Sant'ago e do Sol, únicas que ainda hoje estão de pé; davam acesso à cidadela, em um de cujos corpos de fortificação se conserva uma elegante guarita mourisca. Além destes vestígios das obras que fizeram de Santarém uma das praças mais fortes, existem uns restos de muralha em Vale de Reis e depois junto ao Asilo da Misericórdia, os destroços do torreão da travessa do Postigo, os muros das Figueiras, e pouco mais.

* * *

A porta
da Tamarra
e a tomada
de Santarém
aos mouros.

D. AFONSO Henriques, servindo-se de um ardil de guerra a que o lealíssimo Egas Moniz não daria, certamente, aprovação, e com o valor das suas três escassas centúrias, levando à frente os destemidos guerreiros que se chamaram Mem Ramires, Lourenço Viegas — filho do célebre aio do monarca — D. Pedro Afonso, irmão do *Conquistador*, Pedro Escuro, e outros, desalojou os mouros de Santarém no ano de 1147.

O dia e mês em que se deu a façanha inaudita têm sido objecto

* In A. Areosa Feio, Santarém Princesa das Novas Vilas, Prefácio de Matos Sequeira e Desenho de F. Vilela, Santarém, J. Cardoso da Silva, 1929.

de contraditas dos historiadores; 15 de Março, 4, 7, 8, e 11 de Maio, e, mesmo, 29 de Setembro — todas estas datas são mencionadas. Está hoje definitivamente consagrada a primeira delas.

No lugar onde era a porta da Tamarma, e desde a demolição desta até ha poucos anos, esteve uma lápide indicando o dia 8 de Maio. As pedras com as armas de Portugal e de Santarém retiradas do arco e outra com o brasão da cidade, colocada depois com a referida lápide, estão guardadas no Museu.

Vamos nós à Tamarma, pela Rua P.^o Francisco Nunes da Silva e Escadinhas do Carmo. ¿ Que vemos, em recordação do notabilíssimo arco? Um ignóbil padrão em cuja base se lê:

O eixo da coluna e o traço negro do paramento marcam o alinhamento da muralha onde existia a porta do arco da Tamarma pela qual entrou D. Affonso Henriques na tomada de Santarém aos mouros em 15 de Março de 1147

Uma lapide indicou desde 1865 até 1917 o local em que existiam porta e muralha demolidas por ameaçarem ruina. No ano de 1917 iniciaram-se as obras d'este monumento que foi modificado e inaugurado em 1920 aos onze dias do mez de janeiro

E nada mais do que recordações, e essas muito mal arrumadas sob o ponto de visto estético, como anteriormente o estiveram sob o ponto de vista histórico.

Como é sabido, só passados 37 anos sôbre a conquista é que os mussulmanos desistiram de voltar a possuir a sua *Chantireyn*. Em 1184 foi o último cerco. Arrasaram o castelo de Tôrres Novas e vieram, sob o comando do emir de Marrocos, por Alpompé¹ e Horta da Lagôa² até à Ribeira. Ao 5.^o dia de luta, espalhou-se entre as hostes inimigas a nova da chegada de D. Afonso Henriques, ao tempo em Porto de Moz;³ foi o comêço da debandada, e com esta o fim das guerras com os mussulmanos, em Santarém.

Semelhantermente ao que se deu com a data da conquista, sôbre o nome da porta e logares visinhos não tem havido unanimidade de pareceres; o mais seguido, porém, é o que dá *Tamarma* como significando *água doce* e filia a denominação na fonte que se vê mais abaixo, na estrada. O nome da cidade de Tomar seria etimologicamente o mesmo, da excelência das suas águas.



* * *

IREMOS daqui pela Rua da Mouraria, espreitaremos à bôca da Travessa dos Surradores para verificar que ainda lá existem

1 — Perto de Vale de Figueira. E' hoje propriedade dos srs. Infante da Câmara.

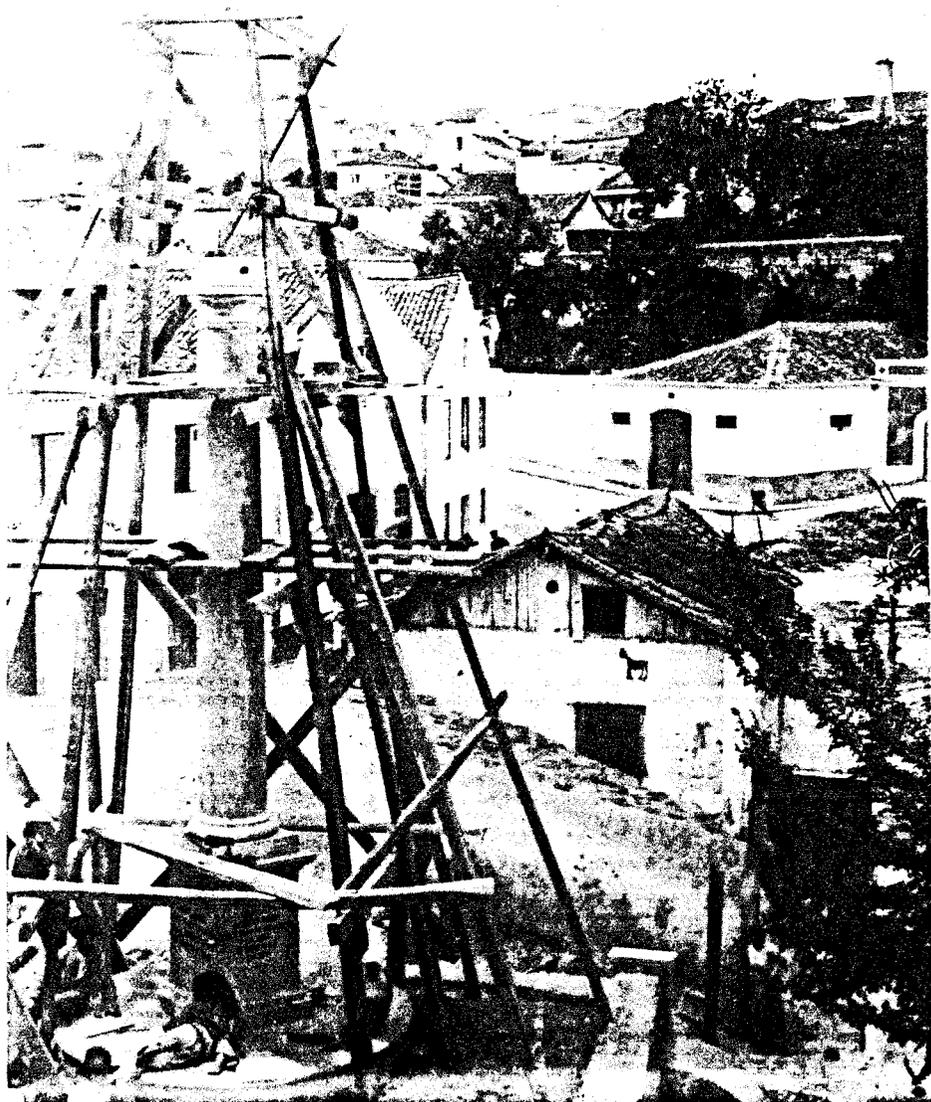
2 — Entre Vale de Figueira e Alcanhões. Pertence à casa Paulino da Silva.

3 — Em Coimbra, segundo «Os Lusíadas». (Canto III, Est. LXXVIII a LXXXII).

TRAVESSA DA MOURARIA

cravados ao pé de uma janela, à esquerda, dois curiosos modilhões historiados, e logo vamos dar ao largo de Passos Manuel, local onde hoje se vê um singelo pedestal com o busto, em pedra, do padre Francisco Nunes da Silva e onde foi a igreja de S. Salvador.

Diremos, em breves palavras, a razão do monumento e do nome do local e o que era o templo desaparecido.



Construção do Monumento da Mouraria no local da Porta da Atarmar. Foto Gomes. Arquivo da B.M.S.

3.5 A PORTA DA ATAMARMA NA CONQUISTA DE SANTARÉM *

A conquista da Alcáçova

Não é fácil discernir de maneira clara e distinta certos pontos obscuros da história de Santarém, como é o caso da sua conquista e do seu perímetro amuralhado. Ambos os problemas se entrecruzam, porquanto o equacionar do primeiro envolve uma resposta para o segundo, o que de modo algum parece fácil.

Vários são os autores que, ao falarem da conquista de Santarém em 1147, dão como certo que Afonso I entrou na cidade pela Porta de Atamarma. Assim o afirmaram, no século XVIII, Luís Montês Mafoso (2) e Inácio da Piedade e Vasconcelos (3). Este último autor presume que Mem Ramires deve ter alcançado a muralha entre a Porta de Atamarma e a subida das Figueiras, na Mouraria, enquanto o irmão do rei teria dado a volta pela direita até à Porta de Leiria.

Data, pelo menos, do século XVI a tradição de que a Porta de Atamarma (que tinha como um dos acessos a actual calçada de Mem Ramires) fora o lugar de entrada do Conquistador (4). Em 1920, consagrou-se monumentalmente esta tradição levantando um obelisco na zona da Atamarma. Tal convicção fundamenta-se, ao que me parece, num certo equívoco de interpretação da fonte documental que testemunha o acontecimento: o relato da tomada de Santarém, posto na boca do próprio Afonso Henriques por um monge de Alcobaça, no qual o rei justifica o estratagema usado na sua conquista com o facto de ser uma povoação excelentemente defendida (5).

Em certa altura, o narrador relata (6): «Como não estávamos longe da cidade, como bons caminheiros, metemos por um atalho que fica entre o monte *Iraz* e uma fonte (em árabe denominada *Atumarmal*, por causa do amargo das suas águas), atravessando o vale, levando à frente Mem Ramires, que conhecia bem os caminhos e as saídas, indo eu na retaguarda.»

Trata-se, evidentemente, do percurso por eles tomado e não do ponto da escalada de Mem Ramires que, «adiantando-se, subiu com os seus por *Alcúdia* e corajosamente escalou a casa de um oleiro, junto das muralhas». Não é possível identificar o topónimo *Alcúdia*, mas pela leitura de todo o texto é de crer que a escalada teve lugar num ponto mais íngreme do que a calçada de Atamarma e junto do alcácer mourisco.

Depois de Mem Ramires ter subido à muralha disse o rei: «Levemos auxílio aos companheiros: tomemos a direita, a ver se podemos subir por *Alplan*. E Gonçalo Gonçalves foi com os seus pela esquerda para ocupar a estrada que vem de *Seserigo*, para que os inimigos não ocupassem primeiro aquela porta de acesso, frustrando assim o nosso trabalho (...) Nós que contávamos subir às muralhas por meio de escadas, entrámos pela porta da cidade, com muito maior segurança.»

Traduzindo o original latino ficamos a saber que o *Alplan* era a zona ocidental de acesso ao castelo «aquela que, comparada com o precipício de todo o circuito, parecia plana» (7). Nesta zona ocidental — diz-nos o texto — teria o alcaide mouro Abzechri ou Abu Zakaria, que governou a cidade quase 34 anos, levantado muralhas, baluarte e torres, atulhando os antigos fossos até acima com terra transportada pelos prisioneiros cristãos (8).

O outro topónimo que aparece no relato que vimos seguindo é *Seserigo*. Este era o nome do arrabalde, correspondente à Ribeira, à borda do Tejo, onde vivia grande parte da população da Xantarin mourisca, e que comunicava com a Alcáçova pela íngreme calçada de Santiago.

Alexandre Herculano, que historiou o acontecimento em passagem bem conhecida da sua *História de Portugal* (9), não fala de qualquer entrada pela Porta de Atamarma, apenas aludindo ao percurso pelo vale entre Monte Iraz e a Fonte de Tamarma, referido pelo relato da conquista. O historiador afirma, isso sim, e mais de uma vez, ter sido a porta do Castelo o ponto da entrada do rei. Todavia, na edição da *História de Portugal*, como que atraído pelo espírito do autor, existe a figura da Porta de Atamarma — construção que se conservou até 1864 — afastada boas centenas de metros do Castelo ou alcáçova mourisca.

Na nota XXI do tomo II, pp. 309-312, Herculano, ao provar a genuidade da fonte que utilizou, invoca dois documentos que nos mostram ter sido a alcáçova velha o ponto acometido naquela noite de 15 de Março de 1147. O primeiro é um extracto de uma doação de 1193, de Sancho I aos cavaleiros de Santiago: «daquelas nossas casas em que foi erguida uma torre, pela qual o meu pai, rei D. Afonso, de feliz memória, entrou furtivamente em Santarém» (10). O segundo documento é uma passagem dos artigos aduzidos pelos mesmos cavaleiros, no processo de separação do mestrado de Castela. Referindo a doação de D. Sancho I, afirmam: «concedeu à dita ordem um fortim com torre e casas na alcáçova velha do castelo de Santarém, por cujo lugar o mesmo castelo foi recuperado aos sarracenos» (11).

Para Herculano, a comparação destes dois diplomas «prova de modo indisputável que foi a alcáçova velha ou castelo mourisco, e não a vila, o ponto atacado». E conclui: «Os freires deviam saber onde era a propriedade que possuíam, e Sancho I o lugar por onde seu pai acometera o castelo» (12).

É possível que sejam estas as mesmas casas que o comendador de Santiago ou de Uclés doa, em 1242, ao rei Sancho II e a todos os seus sucessores, em reconhecimento de herdamentos e bens que a Ordem dele recebera. Situam-se na Alcáçova de Santarém e têm uma torre a que chamam Ladra, nome que parece coadunar-se com a entrada furtiva de Afonso Henriques no castelo (13). Não seriam, contudo, as únicas casas que os freires de Santiago possuíam na Alcáçova, porquanto, em 1281, regista-se como sua uma propriedade urbana situada neste recinto (14).

De qualquer modo, postas estas considerações, parece fora de dúvida que a conquista de 15 de Março se exerceu sobre a Alcáçova. Fica por esclarecer, todavia, pelo menos com carácter apodictico, a localização da Porta da Alcáçova, bem como o ponto exacto da escalada de Mem Ramires que ficaria não muito longe, à esquerda daquela entrada. O que não oferece dúvidas é a localização do «caminho que vem de Seserigo», ocupado por Gonçalo Gonçalves: trata-se da calçada de Santiago que seria a única que da Alcáçova conduzia ao dito arrabalde.

4.1 TRECHOS ARQUITECTÓNICOS E DECORATIVOS INVENTARIADOS
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

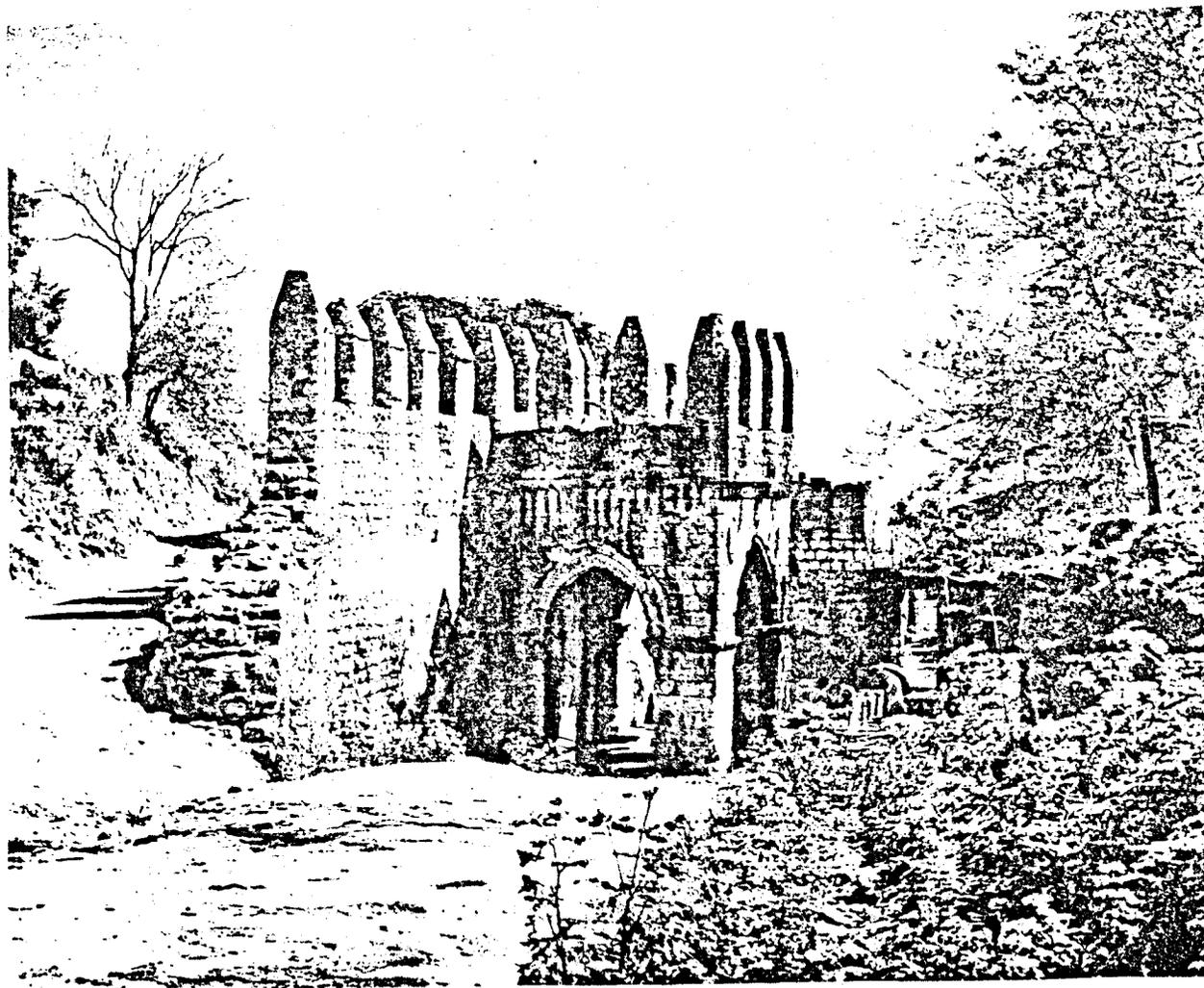
1. Portão brazonado de uma casa da Rua da Moiraria. O pátio desta casa conserva restos da antiga construção.
2. Varanda quinhentista, formada por seis colunelos e duas pilastras e forrada de azulejos de enxadrezado azul e branco, numa casa particular da Travessa dos Surradores, nº 26.
[Imóvel classificado como valor concelhio, Decreto nº 129/77].
3. Misulas românicas, junto de uma janela do prédio nº 9 da Rua dos Surradores.

Estampa CXVII - Varanda quinhentista.

Estampa CXVIII - Portal Brasonado na antiga Moiraria.

Fonte da Figueiras, vulgarmente conhecida por Fonte Mourisca

[Imóvel classificado como Monumento Nacional, Decreto nº 16-6-1910, ZP-DG, 2ª série, nº III, de 15-5-1946].



4.2 - O BAIRRO DA MOURARIA NA MEDIÇÃO DAS RUAS E TRAVESSAS DA VILA DE SANTARÉM PARA LANÇAMENTO DO GASTO DE LIMPEZA GERAL.

No séc. XVIII a Câmara de Santarém lançou uma operação de medição das ruas e travessas da então vila, para fazer um lançamento do gasto de limpeza geral que ordinariamente se fazia na zona urbana. É um precioso documento que nos permite sentir como era a cidade, os seus moradores e a dimensão das suas front^{arias} no séc. XVIII. Por ele sabemos que nem todos os arruamentos tinham um tratamento semelhante e com ele podemos avaliar a quantidade de metros lineares que havia necessidade de percorrer para se efectivar a limpeza da cidade, naqueles velhos tempos. Ficamos a saber também por meio do método histórico, quem eram os seus moradores, quer pelas referências que são, por vezes, fornecidas, quer pelo tamanho das suas front^{arias}. Eis as medições nas ruas que faziam parte do antigo bairro da Mouraria.

RUA DA ATAMARMA *

Francisco António, sapateiro -----	5 varas	* *
Francisco da Fonseca, espadeiro -----	5,2	"
O Reverendo Prior de Alcáçova -----	15	"
Inácio Jorge, cutileiro -----	1	"
Inácio Luis, sapateiro -----	4	"
António Luis, serralheiro -----	5	"
Luis Jorge, cutileiro -----	4	"
Guilherme António, oleiro -----	4	"
Tomás Varela -----	5	"
O Padre Clemente Xavier -----	4	"

Guilherme Xavier -----	1,2	"
Hilário Nogueira -----	5,2	"
Catarina Maria, viúva -----	2	"
José Dias, sapateiro -----	3	"
O Padre Jacinto José -----	3	"

RUA DAS OLARIAS

Francisca Teresa, viúva -----	7	"
Dr. João Pedro -----	12	"
A mãe de José Nunes Barbosa -----	12	"
João Calros -----	3	"

* Grafia actualizada

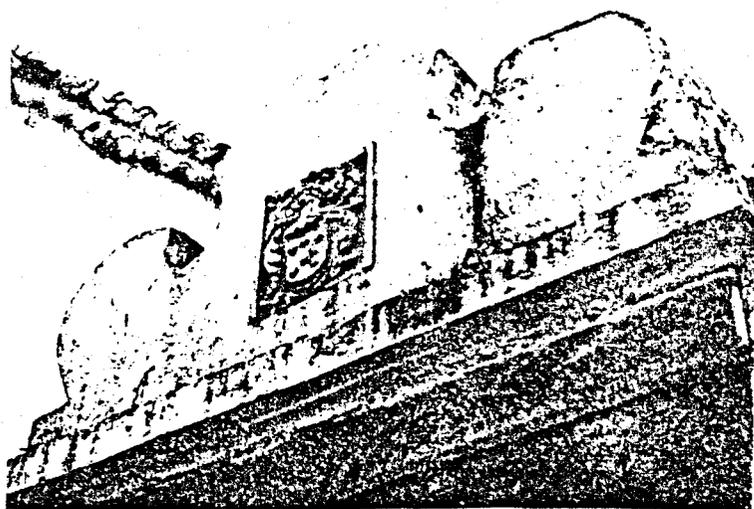
** Uma vara era o equivalente a 1,1 m



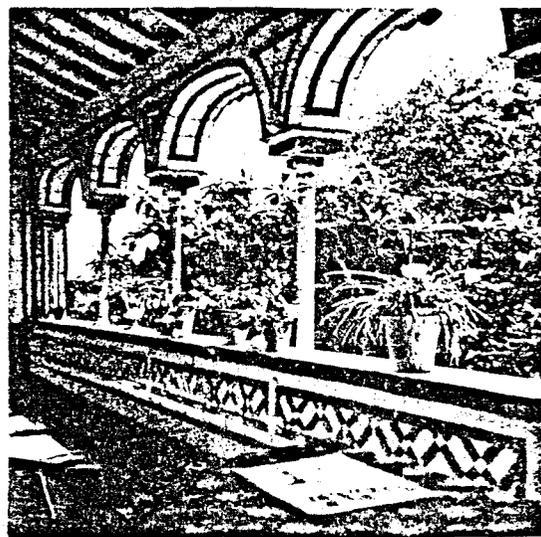
Escadinhas de
St. Ant3nio.
Foto Gomes -
Arq. B.M.S.

A Viúva (?) de João Rebelo -----	4	Varas
João Baptista, carpinteiro -----	5	"
Sebastião Pereira de Negreiros, pela porta do quintal -----	2	"
<hr/>		
Manuel Martins Corujo -----	5	"
João Francisco, trabalhador -----	3	"
O Doutor Rodrigo da Costa -----	4,2	"
Amaro Pedreiro -----	3	"
Felix José -----	2	"
Francisco Xavier Neves -----	3	"
Maria da Conceição -----	3	"

O Doutor João António (?) por esta parte -----	9	varas
O Doutor António José da Silva -----	6	"
José da Silva, aguadeiro (?) -----	4,2	"
José Rebelo, por esta parte -----	9	"
<u>RUA DA MOURARIA</u>		
Sebastião da Silva, almocreve -----	5	"
Maria da Silva viúva -----	3	"
Francisco Xavier Leite -----	2	"
Veríssimo Gomes, trabalhador -----	2	"
Manuel Vaz, surrador -----	3,2	"
Luiza das Neves -----	3,2	"
Domingas Gonçalves -----	4	"
António Pereira, pintor -----	13	"



Portal brasonado na antiga Mouraria



Varanda quinhentista

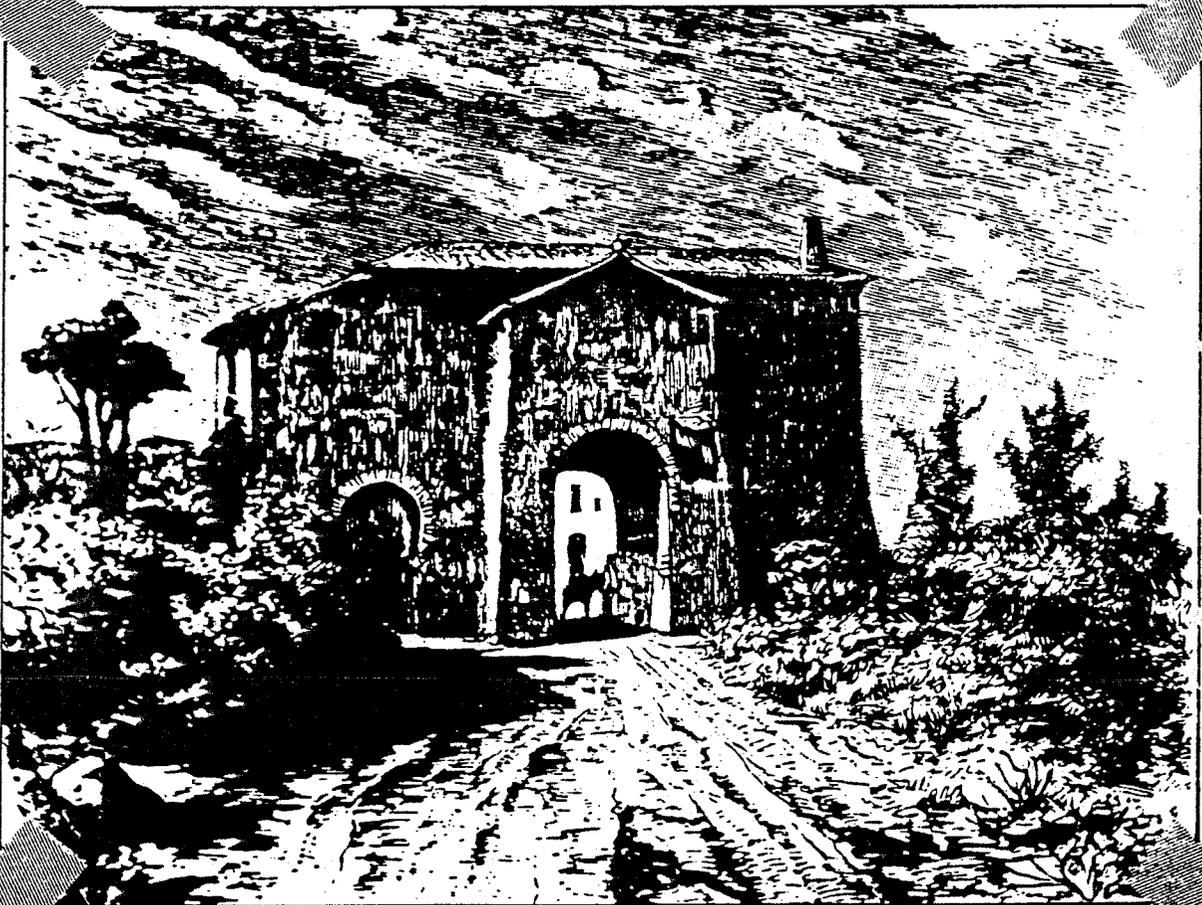
Josefa Teresa, viúva -----	2	varas
Antónia Maria, viúva -----	2	"
Francisco Xavier da Silva -----	16	"
José Lourença Soares -----	2	"
Inácio Gonçalves, sapateiro -----	1	"
Rodigo Xavier Marques -----	10	"
António Aleixo -----	1	"
Crispim da Silva -----	1	"
Manuel da Cunha -----	1	"
<hr/>		
Sebastião Duarte, almocreve -----	2,2	"
Duarte José -----	2	"

António Gonçalves, carpinteiro -----	3	varas
Manuel António, carpinteiro -----	3	"
António, Carc ^o , pedreiro -----	3	"
Claudia, viúva -----	4	"
Manuel Mendes, ermitão -----	3	"
A mulher de Manuel Rodrigues, forneiro ----	4	"
Domingas Martins -----	4	"
<hr/>		
Tomé de Oliveira, pedreiro -----	2,2	"
Francisco José -----	2,2	"
Manuel Antunes, sapateiro -----	2,2	"

(Estudo em preparação sobre urbanismo do séc. XVIII, por Jorge Custódio)

CONVITE

A Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (A.E.D.P.H.C.S.) com o apoio do Gabinete Técnico Local (G.T.L.) - Câmara Municipal de Santarém (C.M.S.) convidam a população residente na antiga Mouraria, todos os escalabitanos e interessados, a uma visita a esta área histórica da cidade a efectuar no dia 3 de Agosto (sábado) pelas 17 horas.



O ponto de encontro e partida sera frente a antiga Camara (Praca Velha), perto das Escadinhas de Sto. Antonio.